

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

TACYARA APARECIDA BONIFÁCIO

FOME DE VIDA:

Análise da fome e a saúde-doença no Brasil de 2002 a 2022

Joinville

2024

TACYARA APARECIDA BONIFÁCIO

FOME DE VIDA:

Análise da fome e a saúde-doença no Brasil de 2002 a 2022

Trabalho final apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Câmpus Joinville do Instituto Federal de Santa Catarina para a obtenção do diploma de Tecnólogo em Gestão Hospitalar.

Orientador: Doutor Marcos Aurelio Schwede.

Joinville

2024

Bonifácio, Tacyara Aparecida.

Fome de vida: análise da fome e a saúde-doença no Brasil de 2002 a 2022/
Tacyara Aparecida Bonifácio. – Joinville, SC, 2024.

70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Curso de Gestão Hospitalar, Joinville, 2024.

Orientador: Marcos Aurelio Schwede.

1. Fome. 2. Saúde-Doença. 3. Brasil. I. Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina. II. Título.

TACYARA APARECIDA BONIFÁCIO

FOME DE VIDA:

Análise da fome e a saúde-doença no Brasil de 2002 a 2022

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título em Tecnólogo em Gestão Hospitalar, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua fórmula final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Joinville, 20 de agosto de 2024.

Prof. Marcos Aurelio Schwede

Prof. Gisele Schwede

Prof. Marcelo Rodrigo Pezzi

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS - Atenção Primária à Saúde

CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COVID-19 - Doença por Coronavírus 2019

ESF - Estratégia da Saúde da Família

MST - Movimento Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PNSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

POF - Pesquisa de Orçamento Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUS - Sistema Único de Saúde

Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1. 1 Contextualização	10
2 PROBLEMA	16
2.1. Objetivo Geral	16
2.1.2 Objetivos específicos	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 A fome no tempo presente	17
3.2 A Normalização da fome	19
3.3 A fome como estratégia político-social	22
4 METODOLOGIA	33
4.1 Concepção teórica e metodológica de pesquisa	33
4.2 Caracterização da pesquisa	35
4.3 Procedimentos de coleta de dados	35
4.4 Procedimento de análise de dados	37
4.5 Ética na pesquisa	38
5 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA: COMPREENDENDO A FOME NO BRASIL	38
5.1 Contextualização histórica das políticas para o combate à fome no Brasil 2002-2022.	39
5.1.2 A pandemia de covid-19, fome e a relação saúde-doença	42
5.1.3 Políticas específicas vs. Políticas estruturais de 2002 - 2022	45
5.1.4 Caracterização dos Programas de Combate à Fome	47
5.1.5 Combate a fome no Brasil e a Estratégia da Saúde da Família	48
5.2. Fome como sintoma do capitalismo	54
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXO	66
APÊNDICE	69

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar a relação entre a fome, as desigualdades sociais e a saúde-doença no Brasil durante o período de 2002 a 2022, buscando compreender suas dinâmicas e impactos no âmbito sociedade capitalista, baseando-se em uma revisão de literatura do período. Os objetivos específicos incluem: Descrever e contextualizar as políticas e ações voltadas para fome, no Brasil do mesmo período; analisar como os autores percebem a fome e saúde-doença e Avaliar como políticas/estratégias específicas do SUS podem contribuir para o combate à fome no Brasil. Pautando-se no materialismo histórico e dialético, utilizou-se da revisão bibliográfica de artigos relevantes como método de pesquisa, permitindo uma análise crítica sobre a fome, desigualdade social e saúde. Como os resultados indicam que a fome é um sintoma agravado por desigualdades históricas e políticas inadequadas, afetando diretamente a saúde da população e problemas de saúde já existentes, conclui-se que a fome no Brasil é um reflexo da desigualdade social e econômica, demandando políticas públicas mais eficazes e uma abordagem integrada que considere as complexas relações entre alimentação, saúde e condições socioeconômicas. Este estudo contribui para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados e das possíveis soluções para mitigar os impactos da fome na saúde da população brasileira. Ademais, redireciona o olhar do Gestor Hospitalar para desafios mais amplos, que perpassam em muito o cotidiano do ambiente de saúde.

Palavras-chave: fome; desigualdade; saúde-doença.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the relationship between hunger, social inequalities, and health-disease in Brazil from 2002 to 2022, seeking to understand their dynamics and impacts within the capitalist society, based on a literature review of the period. The specific objectives include: describing and contextualizing the policies and actions related to hunger in Brazil during the same period; analyzing how authors perceive hunger and health-disease; and evaluating how specific policies/strategies of the SUS (Unified Health System) can contribute to combating hunger in Brazil. Guided by historical and dialectical materialism, the research employed a bibliographic review of relevant articles, allowing for a critical analysis of hunger, social inequality, and health. As the results indicate that hunger is a symptom exacerbated by historical inequalities and inadequate policies, directly affecting the population's health and pre-existing health issues, it is concluded that hunger in Brazil reflects social and economic inequality, requiring more effective public policies and an integrated approach that considers the complex relationships between food, health, and socioeconomic conditions. This study contributes to a better understanding of the challenges faced and potential solutions to mitigate the impacts of hunger on the health of the Brazilian population. Furthermore, it redirects the attention of hospital managers to broader challenges that extend well beyond the daily environment of healthcare.

Keywords: hunger; inequality; health-disease.

1 INTRODUÇÃO

1. 1 Contextualização

O ser humano tem fome de vida. Em um conceito materialista-histórico e dialético, o ser humano é conceitualizado como ser vivo que se transforma/constitui em sociedade, sendo fruto de seu tempo e do tempo histórico social, portanto, a fome do ser humano deve ser abrangente, alcançando as possibilidades de uma vida plena.

Analisando o período mais recente da história, identifica-se que a partir do neoliberalismo, com suas políticas de austeridade, que visam justamente ampliar a acumulação do capital a partir da geração de desigualdade social, a falta dos acessos básicos à saúde, alimentação, moradia e trabalho digno ocasionou uma ampliação da pobreza e da fome (Anderson, 1995).

Em síntese, identifica-se que a partir do capitalismo neoliberal, resultou em uma ampliação na desigualdade social com todas as suas consequências. Perry Anderson evidencia que a formação teórica do neoliberalismo, no século XX, estruturou-se após a II Grande Guerra Mundial. Estudiosos do neoliberalismo atribuem a origem do neoliberalismo a Friedrich Hayek, em seu texto publicado em 1944, com o título *O caminho da Servidão* (Anderson, 1995).

Anderson analisa no texto de Hayek, as idéias de livre mercado e fervorosas menções à liberdade econômica e política em detrimento da atuação do Estado. Essas propostas econômicas surgem juntamente com seu repúdio às ideias propagadas por Franklin Roosevelt em 1933 – 1937, conhecido como *New Deal* (Novo Acordo). Friedrich Hayek repudiava, também, as ideias propagadas por John Maynard Keynes, com sua política de bem-estar social, conhecida como Keynesianismo ou macroeconomia (Anderson, 1995).

Compreende-se que ambas as políticas adotadas posteriormente à Grande Depressão de 1929, ou seja, primeiramente o Keynesianismo e posteriormente o Neoliberalismo, são fruto do capitalismo em transformação, buscando se adequar às crises cíclicas. Sendo assim, as necessidades de revisões do capital dentro das crises econômicas contribuíram com a criação de novas formas deste se reorganizar. Porém, sem de fato romper com sua estrutura primária capitalista, que é a desigualdade social e a acumulação do capital (Anderson, 1995).

As ideias neoliberais exaltaram o individualismo, a meritocracia, a liberdade de mercado, a não intervenção do Estado, bem como, a desigualdade é um fator tratado como natural dentro desse sistema econômico e político, e esse fator por sua vez reforça suas estruturas de manutenção do capital. Tais ideias que passam a ser disseminadas desde a década de 1970, em grande medida, penetram nas consciências coletivas, gerando muitas vezes o aceite desta retórica pró-capitalismo (Anderson, 1995).

Nesse contexto e a partir dessas propostas, foram reduzidos os investimentos públicos nas áreas sociais, buscou-se ampliar as taxas de desemprego, legislações e repressões contra os sindicatos foram constantes. Dentre inúmeras outras medidas que contribuíram para ampliar a desigualdade social, estas foram implementadas, tendo como objetivo ampliar a extração de mais-valia do trabalho, ou em outras palavras, aumentar as taxas de lucro obtidas pelos grupos hegemônicos (Anderson, 1995).

Seus reflexos de fato foram sentidos com o aumento da desigualdade, da pobreza, logo, da fome. Se evidencia também na forma como a sociedade, muitas vezes, se porta diante das mazelas sociais, evitando o debate sobre as causas estruturais da desigualdade e, reforçando a construção do discurso através do merecimento (Anderson, 1995).

Frente a este contexto histórico-social, busca-se discutir a relação entre a fome e a saúde-doença no âmbito da sociedade capitalista, mais especificamente, a partir do modelo neoliberal do capitalismo, as suas causas, efeitos e as contradições.

Das contradições do capitalismo, que se tornam mais agudas no modelo neoliberal, percebe-se que apesar da superprodução de alimentos, no mundo a fome está cada vez mais aguda. Dessa forma, se mostrando necessário, em pleno século XXI, revisitar o tema da fome, compreendendo-a como a expressão máxima da degradação humana que se materializa no sintoma de fome.

O direito à alimentação no Brasil foi previsto e reforçado na Constituição Brasileira promulgada em 1988. Anterior a esse contexto, já havia debates acerca das múltiplas formas de degradação da humanidade, como Josué de Castro em *A Geografia da Fome*, com sua primeira publicação em 1946, que denunciava o grave problema que é o sintoma da fome no Brasil.

No passado recente, pode-se observar manifestações populares que

denunciam a vulnerabilidade social e a falta de alimentação adequada. No ano de 2009, assim como ocorria na década de 1940, ao som de maracatu atômico da Nação Zumbi, Chico Science cantava “Sem fastio, com fome de tudo” (Cadanto Jr, 2007). De geógrafos a artistas, ao escreverem ou cantarem sobre a falta de alimento, assim como as altas taxas de desnutrição em crianças, retratam os problemas de saúde-doença do país e demonstram que o Brasil foi construído historicamente, com sua abissal desigualdade social.

Dentro dessa perspectiva, no ano de 2021, os dados demonstram que a fome permaneceu aumentando. Outra vez, a população denuncia sua realidade, agora através do Funk Carioca como do Mc Koban e Lil, onde citam: “O Arroz tá Caro o Feijão tá Caro”. (Koban; Lil, 2021). Interessante observar que se passaram 12 anos após Nação Zumbi ao cantar a música intitulada “Fome de Tudo”, que passou 81 anos da publicação de *Geografia da fome* de Josué de Castro, e o Brasil continua sendo um país de desigualdade histórico-social com décadas de sofrimento humano.

Apesar de novas tecnologias descobertas, diariamente problemas como a fome se agravam. O que reforça a importância das políticas públicas, porém, acima de tudo, escancara que a falta de “vida”, a escassez de cultura e saúde, está muito mais ligada ao contexto político-social-econômico do que a falta/excesso da produção de alimentos.

Se na década de 1970, o neoliberalismo se consolidava nos Estados Unidos e Europa, o Brasil enfrentava a ditadura empresarial-militar e as constantes investidas em privatização na assistência médica, que nesse momento era realizada através do INPS, Instituto Nacional da Previdência Social. Essas propostas e projetos não atendiam à vontade e a necessidade da população, surgindo assim o Movimento pela Reforma Sanitária, que ganhou força nas décadas de 1970 e 1980, o qual contou com grande apoio do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, CEBES, principalmente com a comunidade que estava insatisfeita com a cobertura até então ligada ao INPS. Dentre suas principais pautas, estavam: a democratização da saúde pública (financiamento, implementação, organização, gestão e infraestrutura), e o direito à vida digna, à comunidade (Silva, 2009).

O Movimento da Reforma Sanitária e os trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelo CEBES, tinham dois pontos recorrentes em suas pesquisas: os determinantes da relação saúde-doença e os aspectos relacionados com a saúde do trabalhador

(Silva, 1997).

Um dos entendimentos de saúde-doença é como seu processo interage com o ser humano e seu coletivo, pensando saúde com seus elementos biológicos e o meio no qual o indivíduo está inserido, que resulta no seu desenvolvimento social e psicológico, sendo fruto da história de seu tempo (Silva, 1973), ou seja, a saúde pode ser entendida como uma construção histórica-social, sendo sintomas de seu espaço social, psicológico, biológico, político e ecológico, o qual os indivíduos estão inseridos (Silva, 1973).

Percebe-se que os precursores do movimento sanitário, traziam o debate histórico-social sobre as demandas de saúde, buscando compreender o indivíduo como um agente social, por conseguinte, ao pensar um novo projeto de saúde, precisava-se incluir no projeto as formas efetivas de cada comunidade, compreendendo a realidade brasileira em sua totalidade, suas múltiplas realidades e seus determinantes histórico-sociais (Silva, 1973).

O texto da reforma sanitária, que deu origem ao projeto de criação do Sistema Único de Saúde, SUS, com a regulamentação da saúde pública em território nacional, através da Lei Orgânica 8080/90, trouxe maior acesso da população para as estruturas de saúde, bem como, acessibilidade às camadas mais populares. No entanto, a implementação do SUS não trouxe por completo todas as pautas da reforma sanitária. Silva Paim, em seu artigo *“Uma análise sobre o processo da Reforma Sanitária brasileira”*, reforça que apesar do grande avanço que foi o SUS, essa conquista acabou por desarticular o movimento sanitarista, desta forma, os problemas sanitários que não entram no projeto da Lei Orgânica 8080/90, ficaram estanques (Silva, 2009).

Portanto, neste estudo foi abordado como o sintoma da fome é debatido na bibliografia de saúde-doença, no contexto da sociedade capitalista, buscando compreender suas dinâmicas e impactos.

1.2 Justificativa

Foi definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS - 1949), a saúde como sendo estado biológico, psicológico, e também social. Desse modo, para se ter saúde, não é suficiente apenas a ausência da doença biológica.

Portanto, na formação do gestor hospitalar, a compreensão da realidade e o

debate que esse profissional realiza, precisam ir além da análise dos processos. É necessário ao gestor pensar como modificar a realidade que vive, e quais transformações são necessárias. O trabalho desse profissional pode contribuir com a transformação das relações sociais, tendo em vista ser fundamental pensar a relação saúde-doença, bem como, a compreensão desses aspectos da saúde, articulados com a realidade política e social, ampliando o debate.

Ao basear-se no conceito de saúde da OMS, percebe-se que existe um grande distanciamento da realidade brasileira, do conceito proposto sobre a saúde. Em suma, apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) contribuir para a diminuição da desigualdade social e trazer acesso à saúde, a falta de outras políticas públicas, ou ainda, o alcance e a efetividade das já existentes, demonstra que não são suficientes para a saúde coletiva.

Certamente a forma como o sistema capitalista se estrutura contribui para que sejam mantidas altas taxas de desigualdade social. Dessa forma, o Sistema Único de Saúde (SUS), sozinho, não consegue oferecer o serviço de saúde por igual em todas as regiões, devido às múltiplas necessidades de moradia, alimentação e saneamento no país, além de que, nem mesmo cabe ao SUS resolver todas as demandas que perpassam a obtenção de uma saúde em sentido amplo.

É fundamental o debate multidisciplinar entre saúde, gestão, políticas públicas e ciências sociais, visando compreender: O que falta? E quais são os problemas que a sociedade enfrenta? Esse estudo mais profundo da realidade pode levar a reflexões e soluções de melhorias para a sociedade, sendo de suma importância que as conclusões levantadas por pesquisas, teorias e pela ciência, cheguem a todos os nichos da sociedade, trazendo um impacto de transformação social.

Devido às altas taxas de desemprego e com o capitalismo sendo difundido socialmente, seus sintomas são mais agudos. O aumento do sintoma da fome nos decorrer dos anos desse estudo, demonstram a importância de pesquisar sobre o tema. No entanto, este problema é extremamente antigo na realidade brasileira, reflexo da desigualdade social, que é construída historicamente.

A fome não é um problema social e sanitário apenas no Brasil. Essa expressão da falta de dignidade humana, tem sido grave também em outras partes do mundo. É contraditório que o Brasil, um dos maiores produtores de alimentos no mundo, não seja capaz de acabar com a fome. O que reforça esse problema tão grave? É percebido que o problema da fome, em algumas teorias, está na

relacionado à capacidade produtiva em relação ao número populacional. Contudo, a produção de alimentos no mundo já ultrapassou os problemas reprodutivos.

Por esse motivo, discutir a relação da fome no processo de saúde-doença, na sociedade capitalista, mostra-se como um debate antigo, porém, que continua necessário, contribuindo para se refletir sobre as contradições da sociedade capitalista, seus fatores determinantes para o agravamento da desigualdade social e sua relação com a saúde-doença no Brasil.

2 PROBLEMA

O problema da pesquisa foi definido: Como a fome é debatido na bibliografia de saúde-doença, no contexto da sociedade capitalista, buscando compreender suas dinâmicas e impactos, no período de 2002 a 2022?

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral é analisar, a relação entre a fome, as desigualdades sociais e a saúde-doença no Brasil durante o período de 2002 a 2022, buscando compreender suas dinâmicas e impactos no âmbito sociedade capitalista.

2.1.2 Objetivos específicos

Por sua vez, os objetivos específicos são:

- Descrever e contextualizar as políticas e ações voltadas para fome, no Brasil de 2002-2022.
- Analisar como os autores percebem a fome e saúde-doença.
- Avaliar como políticas/estratégias específicas do SUS podem contribuir para o combate à fome no Brasil;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A fome no tempo presente

O que é a fome?

A fome é uma vergonha para a humanidade. É um flagelo, um grande genocídio. Violenta, mutila, e aniquila milhões de homens, mulheres e crianças em todo o mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos (Adas, 1991, p.5).

Compreender os conceitos de fome é essencial para estabelecer a conexão entre desigualdade social e saúde-doença. A fome é uma condição degradante que surge como resultado de causas sociais e políticas.

Em seu conceito mais conhecido, a fome se apresenta como a ausência de calorias (energias), elementos nutritivos para satisfazer a sobrevivência humana. É importante destacar que existem diversos outros tipos de conceitos relacionados à fome (Adas, 1991). Neste capítulo será abordado a diferença entre esses conceitos: Fome global, parcial, conjuntural, ricas e pobres, fome contemporânea, fome de informação.

Fome global e fome parcial: A fome global, conhecida também como calórica/energética, refere-se ao consumo, ou não consumo, de alimentos ingeridos diariamente por uma pessoa e que representa toda energia utilizada pelo organismo no mesmo dia. Cada alimento possui sua propriedade nutricional e todos os dias existe uma quantidade ideal que precisa ser consumida dessas calorias, para o funcionamento adequado do organismo. Essa quantidade é mensurada a partir das necessidades do indivíduo, levando em consideração sua idade, clima, condições de trabalho, sexo, estilo de vida, entre outros fatores (Adas, 1991).

Esses alimentos, ao serem consumidos, disponibilizam os nutrientes, sais e vitaminas que o organismo necessita para um funcionamento saudável das células, tecidos e órgãos. No entanto, quando a alimentação não supre as necessidades do organismo, gera problemas à saúde.

Compreende-se que, quando não há a ausência total de alimentos, mas existe essa insuficiência calórica, isso é denominada fome parcial ou específica, “Nesse caso, muitas vezes a pessoa pode estar ingerindo diariamente uma grande quantidade de alimentos, mas sem os elementos nutritivos fundamentais para a manutenção da saúde” (Adas, 1991, p.9). No texto *A dor do Outro*, a autora Carolina Filla Rosaneli (2020), menciona a fome parcial, ou específica, por outra expressão:

fome de excessos e de faltas.

A fome de faltas está caracterizada na forma como a sociedade pensa e utiliza os alimentos como ferramenta para suprir desejos desencadeados por outras doenças, como a ansiedade, ou o alto consumo de alimentos ultraprocessados, muitas vezes escolhidos por serem ofertado com maior acesso e menor custo financeiro, o que pode desencadear doenças crônicas, como a insuficiência renal, hipertensão e diabetes (2020).

Rosaneli (2020) discute como o consumo excessivo de alguns alimentos causam comorbidades que podem levar a mortes, sendo um problema da falta de informação e proteção do estado. Já “a falta”, segundo a autora é um problema resultante das desigualdades sociais: “e essas condições de iniquidade carece de tomada de decisões que disponha de amparo ético, pois o problema alimentar é gerenciado pelo modo de organização da sociedade moderna, que privilegia o lucro em detrimento do respeito à vida humana” (Rosaneli, 2018, p.15).

Para Rosaneli (2020), após o desenvolvimento da agricultura, o mundo passou a produzir uma alta quantidade de alimentos, capaz de extinguir a fome mundial. Mesmo assim, esse determinante social continua presente em todo o mundo, sendo entendido como um dos principais problemas globais a desigualdade social – que gera a fome e a ausência da dignidade humana.

Quando pensamos na fome, ela não se apresenta apenas por meio de uma característica ou variável, sendo também estrutural, está ligada à falta de autonomia agrícola de um povo (Rosaneli, 2020).

Apesar do mundo globalizado, a distribuição e a produção de alimentos apresentam altos níveis de desigualdade, assim como, o baixo acesso a uma alimentação saudável, ou seja, pessoas em situação de insuficiência alimentar, em virtude de seu acesso aos alimentos apresentarem baixas propriedades nutritivas. Compreende-se que essa forma de fome, desdobra-se em dois problemas: a morte por excesso e a morte pela falta dos alimentos (Rosaneli, 2020).

Fome conjuntural:

Na concepção de Rosaneli (2020), a fome conjuntural ocorre em regiões com situações ambientais graves, como catástrofes climáticas, guerras e tragédias, que atingem parcela da população, agravando o problema da fome. Seja por condições ambientais ou das relações sociais, esses alimentos não chegam até a comunidade, sendo reflexo também da falta de políticas públicas de segurança alimentar.

Fome Contemporânea:

É conceituada como a relação do excesso da produção de alimentos para suprir as necessidades mercadológicas, por consequência, não contemplando os mais vulneráveis, resultando em altas taxas de fome e insuficiência alimentar. A fome contemporânea dialoga entre as dificuldades do pequeno produtor rural, sendo que “a produção agrícola não é problema de pura técnica agrônômica. É um problema econômico. Efetivamente, trata-se de integrar a agricultura no conjunto da economia” (Castro, 1984, p. 8).

Alimentos normalmente são mais caros e uma classe definida acaba muitas vezes sendo a única a ter acesso a eles. Por outro lado, os alimentos ultraprocessados, que cada vez são a opção mais acessível à população, geram muitas doenças crônicas, com aumento epidemiológico considerável no século XXI.

A relação de saúde-doença está acontecendo de diferentes formas na contemporaneidade, e os nutrientes consumidos, a relação do homem com a alimentação é um fator de importância dentro dessas modificações, na saúde das comunidades (Rosanelli, 2020).

Fome de informação:

Configurada como a dicotomia entre realidade e imaginário, esse tipo de fome está relacionada à falta de acesso a informações concretas, ou a falta de entendimento para a interpretação do real. Essa ideia está conectada à ideia dos problemas do tempo presente, que surgiram com os avanços tecnológicos e de comunicação. Esse termo é utilizado exclusivamente para tratar das ideias voltadas a tecnologia e informação, todavia é possível ao pesquisar sobre fome, encontrar essa discussão sendo iniciada no meio acadêmico como um dos sintomas atuais do capitalismo (Rosanelli, 2020).

3.2 A Normalização da fome

A falta de uma alimentação adequada provoca a ausência de saúde, e como consequência, leva à morte, sendo consequência da desnutrição ou de outras doenças geradas por um organismo já debilitado: “todas essas formas de desnutrição, quando não fazem suas vítimas diretamente, facilitam o aparecimento de outras doenças, que acabam levando o desnutrido à morte” (Adas. 1991, p. 10).

Quando as pessoas não têm acesso à alimentação, a fome, portanto, é

resultado da construção de uma sociedade com extrema desigualdade social. Como por exemplo observado pelo o autor Adas:

De modo geral, nos países do Terceiro Mundo os investimentos públicos com fins sociais são insignificantes em relação às necessidades da população. Em contrapartida, grandes investimentos são realizados nas forças armadas, tanto na manutenção de seu numeroso contingente como na compra de material bélico (Adas, 1991, p. 16).

A compreensão de que pessoas todos os dias passam pela situação de fome, uma expressão máxima da falta da dignidade humana, sendo causada não pela falta da produção de alimentos, mas pelas consequências históricas e políticas nas quais os indivíduos estão inseridos, demonstra o descaso das classes dominantes e classes médias com o coletivo e a vida humana (Adas, 1991).

Pensamentos esses gerados da alienação, fruto das ideologias liberais que aceitam a caridade, mas são contra políticas públicas de assistencialismo, da reforma agrícola, dentre tantas outras medidas sociais efetivas na busca por igualdade social, rompendo as estruturas da lógica de produção e acesso da sociedade capitalista (Adas, 1991). Da mesma forma, demonstra a falta de compreensão da realidade pela classe trabalhadora, bem como, a falta de capacidade de organização e de enfrentamento dessa realidade.

Adas (1991) pontua que devemos questionar e refletir quanto à narrativa discursiva da fome como sendo parte da natureza. Para este autor:

A fome não é, portanto, um "capricho da natureza" ou fenômeno natural. É, inicialmente, uma escandalosa injustiça. Uma situação vergonhosa que pode ser debelada, desde que se eliminem os entraves ou os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais que a produzem (Adas, 1991, p. 51).

Tratar como natureza ou deslegitimar esse problema é uma forma de violência simbólica. Quando um problema social é normalizado ou tratado como natural, de forma discursiva, impede-se que avanços significativos possam acontecer através de mobilizações sociais. Um exemplo da forma de silenciar o problema é a não utilização da palavra "fome" de maneira explícita, o que pode ser constatado em João Bosco Bezerra Bonfim, em seu trabalho acadêmico de releitura bibliográfica sobre as *políticas públicas sobre a fome no Brasil*, em que traz um dado interessante: somente a partir de 1950 foram encontradas publicações no país que usavam a palavra "fome", sem subjetividade (Bonfim, 2004).

Antes desse período, para referenciar o grave problema da fome, utilizavam termos como "contra, 'carestia' ou de pesos e medidas (revolta do quebra-quilo), de

aluguéis, greves, saques, lutas no campo, e outros eventos relacionados ao tema” (Bonfim, 2004, p. 9).

Outro aspecto relevante é que as narrativas associavam a fome com catástrofes ambientais, ou eventos associados à guerra, ou ainda, à falta de soberania alimentar de uma determinada região. No entanto, esse tipo de associação tira a responsabilidade pela criação de políticas governamentais, assim como, desmobiliza politicamente a sociedade civil, através de determinado discurso ideológico (Bonfim, 2004).

A fome mata de forma silenciosa. Segundo a autora Rosaneli, dentre os direitos humanos o que é mais constantemente violado é o direito à segurança alimentar, a autora cita: “a [falta] à alimentação adequada, que produz diferentes fomes, não é uma eventualidade do destino, mas de uma má conduta dos próprios homens” (Rosaneli, 2020, p. 11).

Sendo assim, com base nos conceitos apresentados, a fome pode ser entendida como um sintoma da realidade histórica-social, representada e sentida por diversos fatores, agravada, ou, muitas vezes, que busca ser legitimada por parte da sociedade, pelas narrativas da estrutura política, social, cultural e econômica – trata-se de um sintoma gerado pela degradação humana. Para Josué de Castro a fome é:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome (Castro, 1963, p. 56).

O autor explica que para muitos jornais e pessoas a fome é sentida apenas no Oriente Médio e na Europa, quando essas regiões são devastadas pela guerra, sendo percebida apenas como uma calamidade social. No entanto, caracterizar a fome como calamidade é completamente equivocado, conforme Castro contribuiu na citação acima, como a fome é sentido coletivamente (Castro, 1963).

Por conseguinte, o autor explica que até mesmo as regiões consideradas com maior abundância sofreram com o grave problema da fome. A fome sentida na América-latina muitas vezes é silenciada, por não ser, nas palavras do autor, tão dramática como no Oriente Médio ou trágica, como é divulgada em regiões da Europa. Nas américas ela é sentida quase como se passasse de forma hereditária. Dessa forma, “Milhões de seres humanos têm vivido durante séculos, silenciosamente, com uma resignação que aproxima, sob este aspecto, os povos

americanos dos povos do Oriente. Ambos os continentes: a América nova e a Ásia milenar” (Castro, 1963, p. 56).

No Brasil, Castro (1963) aponta que a alimentação dos brasileiros tem dimensões sociais. Em algumas regiões chegando a casos de morte por desnutrição e insuficiência alimentar grave, já em outras regiões, ela se apresenta de maneira mais sutil. Para o autor, o problema da fome está relacionado a fatores socioculturais e não geográficos.

Esse entendimento sobre a fome será explorado no capítulo seguinte.

3.3 A fome como estratégia político-social

Para compreender a fome como sintoma da desigualdade social e a relação saúde-doença será utilizado o materialismo histórico e dialético, conceito fundamentado na teoria elaborada inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels.

Para estes autores, conforme verifica-se em *A Ideologia Alemã*, devemos analisar a realidade como fruto de uma condição histórica, materialista e dialética. Os autores refutam Hegel, em sua construção do materialismo como subjetividade apenas do indivíduo, no campo das ideias. Marx e Engels compreendem que essa subjetividade de pensamento é fruto da alienação, gerada pelo idealismo (Fonseca et al., 2006).

Não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, é novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos (Marx; Engels, 2007, p. 29).

Essa citação de Marx e Engels ressalta a importância de assegurar condições básicas para uma vida digna, como alimentação, bebida, moradia e vestuário para que as pessoas possam alcançar verdadeira liberdade. A libertação não é meramente um processo intelectual, e sim, um resultado das condições históricas e socioeconômicas. À medida que essas condições se desenvolvem, as contradições e absurdos presentes na sociedade, tanto em termos materiais quanto ideológicos, são superados. Isso implica que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando as necessidades básicas são garantidas e as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade são transformadas.

Marx e Engels enfatizam que certas formas de pensamento, quando

desvinculadas do contexto histórico, podem ser instrumentos de alienação para promover uma ideologia dominante, por consequência o proletariado não se identifica. É fundamental adotar as ferramentas fornecidas pela teoria do materialismo-histórico e dialético, as quais estão ligadas à práxis, ou seja, à capacidade de transformar a realidade histórica por meio da relação entre teoria e prática (Marx; Engels, 2007).

A fome é das maiores contradições da sociedade capitalista, pois é um problema global, como descrito por José de Castro (1943): a fome no Brasil deve ser compreendida de diferentes formas entre cada região do país, sendo um sintoma da organização social brasileira, bem como, o resultado de seu passado histórico e social. O autor retoma ao livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, para contextualizar as estruturas sociais brasileiras no seu processo de formação, ou seja durante o Brasil colonial, afirmando que:

Esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial (Castro, 1943, p. 267).

Em outras palavras, a desigualdade social é uma consequência da estruturação da sociedade. Além disso, o Estado muitas vezes é utilizado como uma ferramenta para acumulação e dominação por parte das classes hegemônicas (Castro, 1943). Essa disparidade cria um abismo entre aqueles que perpetuam tais desigualdades e aqueles que sofrem com elas, em que a angústia da fome torna-se uma evidência da total falta de dignidade humana.

Na teoria marxista, a importância do materialismo se evidencia à medida que Marx compreende o homem como agente histórico, e nessa condição, observa-se as relações de trabalho e de classe construindo a ideia de mais-valia. Esse recorte deve sempre estar de acordo com os elementos econômicos e sociais daquele período, sendo reflexo do que foi construído ao longo da história: “na idade antiga ou ele era escravo ou cidadão; na idade média era servo ou senhor; na idade moderna é proletário ou patrão, ou seja, ou ele detém os meios de produção ou vende sua força de trabalho” (Alves, 2010, p.3). Desta forma, consegue-se compreender mais adequadamente a construção dos indivíduos na lógica econômica capitalista.

A fome é resultado das políticas econômicas e sociais que foram implementadas e sentidas ao longo de diversos períodos da história, muito antes do

colonialismo. No entanto, os primeiros relatos do entendimento do que é fome foi no período da revolução industrial, no início da sociedade burguesa, durante o século XVIII e XIX, a Europa passava pela revolução industrial (Carvalho, 2018).

No início do processo de industrialização ocorreu o aumento na taxa de desemprego, resultado da substituição da mão de obra braçal por manufaturas. Esse aumento no desemprego foi significativamente sentido pelo gênero masculino, sendo que, com as manufaturas, mulheres e crianças foram submetidas ao trabalho industrializado e precarizado, das fábricas. A alta taxa de desemprego, somada com a mortalidade infantil crescente em função da vida nas fábricas, resultaram no início das lutas de classes (Carvalho, 2018). Para Marx e Engels:

A importante questão sobre a relação do homem com a natureza (ou então, como afirma Bruno na p. 110, as “oposições em natureza e história”, como se as duas “coisas” fossem coisas separadas uma da outra, como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural), da qual surgiram todas as “obras de insondável grandeza” sobre a “substância” e a autoconsciência”, desfaz-se em si mesma na concepção de que a célebre “unidade do homem com a natureza” sempre se deu na indústria e apresenta-se de modo diferente em cada época de acordo com o menor ou maior desenvolvimento da indústria; o mesmo vale no que diz respeito à “luta” do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças produtivas sobre uma base correspondente. A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento (Marx; Engels, 2007, p. 31).

Essa passagem enfatiza a importância da relação entre o ser humano e a natureza, questionando a ideia de separação entre eles. Ela destaca que o conceito de “unidade do ser humano com a natureza”(Marx; Engels, 2007), está presente na indústria, mas assume formas diversas ao longo do tempo, dependendo do estágio de desenvolvimento industrial. A luta do ser humano contra a natureza, no sentido, inclusive, de destruição do meio ambiente, também evolui conforme o avanço das forças produtivas, influenciadas pela indústria, comércio, produção e troca das necessidades vitais. Esses elementos também impactam a distribuição e a estrutura das classes sociais, estabelecendo uma relação interdependente entre eles (Marx; Engels, 2007).

Dessa forma, à medida que ocorrem mudanças no modo de produção, ocorrem também alterações na relação do ser humano com a sociedade e seu funcionamento diante das dinâmicas sociais. Essa maior compreensão da realidade leva à busca pela igualdade entre as classes. A transformação da natureza resulta na criação de uma realidade exclusivamente humana, na qual o indivíduo é

percebido como um agente histórico (Marx; Engels, 2007).

Nessa perspectiva, a degradação humana é entendida como resultado das contradições sociais. Essa compreensão impulsiona movimentos operários em toda a Europa, que emergem com o objetivo de alcançar maior igualdade, em aspectos como, no acesso à saúde, alimentação, educação e moradia, devido à precarização do trabalho e altos níveis de desigualdade social (Marx; Engels, 2007).

Como analisado anteriormente, em contrapartida, o economista fundamenta-se na teoria malthusiana, a partir da qual entende-se que a fome e suas causas não são reflexo da desigualdade e do acesso aos alimentos devido às questões econômicas e sociais (Carvalho, 2018).

Para Carvalho (2018), a compreensão de Malthus de que a fome ocorria como uma condição natural do homem. No entanto, estudos já refutaram essa teoria demonstrando que na história as altas taxas de mortalidade infantil eram resultantes da fome e da desnutrição existente na Europa, devido à desigualdade social.

Os dois princípios fundamentais defendidos por Malthus, conforme analisados pelo autor Carvalho:

1° A população cresce em progressão geométrica: a menos que seja detida por algum obstáculo, a exemplo de: epidemias; as práticas anticoncepcionais (devido sua conversão à Igreja Anglicana, Malthus era contra métodos anticonceptivos), em sua concepção o homem só deveria casar quando tivesse estrutura financeira para construir uma família, dando o nome desse entendimento para sujeição moral (Carvalho, 2018).

2° A produção de alimentos cresce em progressão aritmética: A ideia em que a teoria malthusiana foi fundamentada, a partir da hipótese de que a população crescería em progressão geométrica e os alimentos em progressão aritmética, não conseguia se estruturar em evidências. A produção dos alimentos no próprio período, séculos XVIII e XIX, já era capaz de alimentar toda a população através do acesso igualitário a esses alimentos. Porém, essas evidências foram descartadas e muitos seguiram apoiando sua teoria (Adas, 1991); (Carvalho, 2018).

O fator fundamental na teoria de Malthus, conforme observado por Carvalho (2018), é a sujeição moral, com o objetivo de conquistar o controle de natalidade. Convencido que a fome era resultado do aumento populacional, ele atribuía a pobreza ao número de nascimentos na classe proletária, afirmando que se houvesse um controle na natalidade, reduziria a fome.

Também verificava como um fator positivo a morte por ela, afirmando que naturalmente ocorreria, em decorrência do determinismo biológico. As classes dominantes apoiavam a ideologia de que o homem era produto da natureza. Por sua vez, justamente esse tipo de alienação, estava sendo questionada por Marx em seu pensamento materialista, histórico e dialético (Adas, 1991).

Marx criticou a teoria malthusiana. Enquanto Malthus atribui o crescimento populacional à classe proletária, Marx sustenta o pensamento de que o crescimento populacional acelerado é produto do capitalismo. Uma vez que para fazer sua manutenção, é necessário mão de obra barata, e com as altas taxas de desemprego, resultando em um exército industrial de reserva, para a utilização do capitalismo (Adas, 1991, p. 26).

Na concepção de Adas (1991), a teoria de Malthus, conforme era observada como mecanismo para a dominação, servindo de interesse para uma classe dominante, em uma tentativa de “adaptar a dinâmica demográfica à economia e não a economia à dinâmica demográfica” (Adas, 1991, p. 26).

Após a Segunda Guerra Mundial, os pensamentos Malthusianos voltaram a ter evidência; a era do homem econômico surge e o neomalthusianismo se constrói na teoria que atribui à superlotação dos países subdesenvolvidos a causa da fome e da desigualdade social, desvalidando toda a história de dominação e exploração que esses povos sofreram, a exemplo do Brasil, que durante o colonialismo e o genocídio indígena, foi completamente explorado por Portugal, conquistando sua independência apenas no século XIX, e mesmo com a república, foi mantida a lógica de dominação (Adas, 1991).

Outro fato ignorado por Malthus, ao relacionar a fome à baixa produção agrícola do mundo, era o fato da produção de alimentos na Europa naquele período já ser o suficiente para acabar com a fome (Adas, 1991).

Ou seja, a fome não era gerada por uma produção escassa de alimentos, mas da desigualdade das classes sociais, que não permitia a alimentação ser igualitária, “a fome e a renda são duas faces de uma mesma moeda, ou seja, não estão dissociadas. Entre o alimento e a necessidade que o ser humano tem de se alimentar interpõe-se o dinheiro” (Adas, 1991, p.28).

O neomalthusianismo permanece justificando o “injustificável”, atribuindo às classes não dominantes a responsabilidade por sua pobreza e miséria, acabando “por falsear a realidade sobre as verdadeiras causas da fome, atribuindo a fatores

naturais as suas causas, e eximindo de qualquer responsabilidade as ações dos homens – principalmente os das classes dominantes” (Carvalho, 2018, p.15).

Josué de Castro, em 1943, pioneiro no estudo da fome no Brasil, já criticava o pensamento do homem biológico e do homem econômico, para compreender o problema a partir de sua raiz e estruturação social (Marx, 2008).

Marx, em seu manuscrito, que tem como título: *A relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo*, onde ele analisa a relação do produto, que em detrimento de suprir as necessidades humanas e a forma como o indivíduo participa dessas relações da produção e distribuição, através do trabalho (Marx, 2008).

Para o autor, com a produção dos produtos é criada a necessidade/desejo de consumo, ou seja, nossas necessidades são transformadas à medida que a sociedade se transforma historicamente, onde ele questiona, mesmo sendo o indivíduo, trabalhador, sendo responsável pela produção, ele não tem acesso aos produtos básicos de sobrevivência humana (Marx, 2008).

O autor cita que:

Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente (Marx, 2008, p. 66).

A concepção da fome causada pela desigualdade social inviabiliza seu acesso à alimentação por falta de poder aquisitivo. Em oposição a esse pensamento a luta de classes, rebate a teoria Malthusiana na concepção da fome como algo natural, biológico e positivo para a construção da sociedade (Marx, 2008).

Na concepção materialista-histórica e dialética essas necessidades são criadas socialmente, por exemplo, o que se anseia como ideal de alimentação é uma construção da cultura e sociedade, conforme evidencia citação anterior (Marx, 2008).

Dentre as faltas de acesso à alimentação adequada, está também a oferta de produtos de baixa qualidade, não produzidos de forma orgânica, tais como, aqueles viabilizados apenas por adubação sintética, os alimentos modificados geneticamente (transgênicos) e também aqueles viabilizados com o uso de diversos tipos de agrotóxicos, que prejudicam a saúde (Borsato; Carmo, 2012)., sendo utilizados para ter uma produção de alimento mais barata e com maior produtividade e sem levar

em consideração a qualidade do que está sendo ofertado para a população (Borsatto; Carmo, 2012).

Como já discutido neste trabalho, existem diversos tipos de “Fomes”, ao mencionar a fome de excessos e faltas, é possível compreender que essa relação também precisa ser avaliada dentro da forma que o alimento é consumido, ou melhor, o produto que é oferecido para o indivíduo saciar as suas demandas biológicas e a sua subjetividade (Rosaneli, 2020).

Dessa maneira, precisa-se pensar o modo como esses alimentos estão sendo distribuídos e a qualidade dos alimentos consumidos pela população, com o crescimento do agronegócio e liberação de agrotóxicos e, também, as dificuldades enfrentadas pelo pequeno agricultor (Rosaneli, 2020).

Um dos grandes produtores de alimentos no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, a partir de um processo de lutas pela reforma agrária. É um dos mais mobilizados movimentos de camponeses no mundo e representa uma estratégia de enfrentamento ao combate à fome, à produção de alimentos e à reforma agrária, de forma organizada, apesar das transformações no discurso de sua criação na última década (Borsatto; Carmo, 2012, p. 222).

Para os autores Ricardo Serra Borsatto e Maristela Simões do Carmo (2013), essa modificação do discurso é sentida da migração de falas mais produtivistas/técnicas para a agroecologia: “percebe-se nesse discurso mais recente que o MST tem proposto uma nova racionalidade para os sistemas produtivos de seus assentados, edificada sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social” (Borsatto; Carmo, 2012, p. 222).

Na década de 1990, o pensamento e discurso agroecológico começou a ser difundido, com base nas observações e críticas à revolução verde, a qual desde a década de 1970, vinha sendo difundida no Brasil. Essa adesão inicial à revolução verde trouxe consequências para com a modernização conservadora e também, trouxe a diminuição das políticas de desenvolvimento voltadas para o pequeno agricultor. Portanto, aos poucos, o pequeno agricultor foi perdendo relevância até sua pauperização (Borsatto, Carmo, 2012).

Os autores destacaram três fatores os quais acreditam ser relevantes ao processo de mudança no discurso e orientação política do MST, sendo: “a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais de preços mínimos e

abriu os mercados (Borsatto; Carmo, 2012, p. 8), através do fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, e a formação da Via Campesina (Borsatto; Carmo, 2012).

Na análise dos autores, os primeiros fatores foram empecilhos para o desenvolvimento da produção do MST, já o último fator trouxe contato com novas teorias de movimentos internacionais, o que agregou conhecimento útil, sendo associado às questões ambientais (Borsatto; Carmo, 2012).

A práxis adotada pela MST na luta pela reforma agrária e sua organização atual – organização dentro das narrativas da agroecologia – apresentaram uma objeção ao atual sistema político e econômico na forma de produzir alimentos e organização social (Borsatto; Carmo, 2012).

Durante o IV Congresso Nacional do MST, ocorrido em 2000, ao falar sobre a produção, o movimento sugeriu que esta deveria estar voltada a suprir a segurança alimentar das famílias, com qualidade nos alimentos, utilizando técnicas produtivas com estímulo da prática agrícola, desenvolvendo as técnicas e mão de obra adaptada à realidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sem a utilização de venenos que prejudicam o meio ambiente e a saúde humana (Borsatto; Carmo, 2012).

Com o exemplo da organização coletiva do MST, observa-se como a agricultura sustentável traz autonomia ao indivíduo e possibilita uma alimentação de qualidade, acessível, sem destruir o meio-ambiente. Essas experiências que contestam a realidade posta, são fundamentais para a construção da transformação da realidade social.

3.3 SUS, o sistema universal em um país de desigualdades

No Brasil, em 1988 foi constituído o Sistema Único de Saúde (SUS). Analisando o processo social da saúde-doença para uma perspectiva brasileira, o SUS foi uma conquista do povo durante o processo de redemocratização pós ditadura empresarial-militar, que ocorreu entre os anos 1964 e 1985. Portanto, foi uma conquista decorrente, dentre outras coisas, da luta pela reforma sanitária que se iniciou na década de 1970 e também, da luta pela redemocratização e luta por uma sociedade transformada.

Em seu processo de idealização, na construção feita pelo movimento

sanitarista brasileiro, ao pensar saúde-doença, várias pautas de inclusão e igualdade social faziam parte da reivindicação e entendimento sobre a saúde dos reformistas (Silva, 2009). Neste contexto histórico, foi incorporado e denominado no texto constitucional a “Seguridade Social”, composta por três ministérios, sendo eles: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Previdência Social, com o objetivo de contemplar todos os cidadãos dentro das necessidades múltiplas e específicas. Para Costa et al.(2015):

A seguridade terá fixado no texto constitucional seus objetivos: a universalidade da cobertura e do atendimento; a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; a irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; a diversidade da base de financiamento; e o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (Costa et al., 2015, p. 24).

Conforme citado acima, é possível analisar que para Costa, é de responsabilidade do Estado a garantia à saúde, e condições para que não haja agravamento da saúde da população. Esse direito da população Brasileira está previsto na constituição e deve ser garantido através de políticas públicas e econômicas (Costa et al., 2015).

Outro ponto relevante é a compreensão do conceito de saúde-doença, e seu entendimento não apenas como patologia, e sim, fruto da sociedade que o indivíduo está inserido. Na sociedade capitalista o conceito da doença está ligado à biologia individual, sendo excluído o contexto social, isto é, o conceito de doença é puramente ideológico, o que não permite o avanço em algumas áreas. A autora Laurell (2015), cita:

Partindo de uma conceituação tradicional tanto da doença como de suas causas supõem que a social atue como qualquer fator biológico. Ao apontar que o fator “A” nem sempre aparece relacionado com a doença “E”, despreza-se a importância do social na etiologia da doença e se interdita seu caráter social (Laurell, 2015, p. 10).

Está difundido através de uma leitura desenvolvimentista que a saúde é o oposto da doença, portanto, essa concepção analisa apenas as patologias da natureza biológica. Laurell (2015) compreende ainda que a saúde-doença é também caracterizada pensando na natureza biológica e os determinantes sociais, ou seja, a saúde-doença como resultante da realidade social (Laurell, 2015).

A autora dialoga sobre o paradigma da doença refutando a forma como especialistas e profissionais no final dos anos sessenta conceituavam a doença, ou

seja, como algo “estritamente médico - biológico”. Para ela, o assunto é também um problema social, parafraseando-a, destaca-se que: “as razões do aparecimento ou, melhor dizendo, do ressurgimento desta polêmica devem ser buscadas tanto no desenvolvimento da medicina, como na sociedade como a qual ela se articula” (Laurell, 2015, p. 2).

A partir da concepção de que há uma relação entre saúde-doença com o meio político, econômico e social, permitiu que se passasse a observar o aumento de determinadas doenças provenientes da industrialização, tais como, problemas cardiovasculares e malignos, em que o coletivo passou a adoecer e a medicina, as tecnologias vigentes no período, não tinham soluções para os problemas de saúde das comunidades, originadas pelo meio social (Laurell, 2015).

Ou seja, algumas doenças são fruto das dinâmicas sociais, sendo reforçadas por uma ideologia dominante, que reforçam as desigualdades sociais, criando classes que estarão mais próximas da vulnerabilidade social, sendo essas classes mais suscetíveis a diversos problemas de saúde (Laurell, 2015).

No texto: O materialismo histórico e dialético como teoria da cognição e método para a compreensão do processo saúde doença, dos autores Fonseca, Egry e Bertolozzi, analisam os fenômenos sociais no processo da saúde-doença coletiva. Há estudos desde a história primitiva, o entendimento do conceito de saúde é compreendido ao sagrado religioso e mitológico, voltado para o sobrenatural. Para Fonseca(2006):

A religião é uma das formas mais antigas de consciência social. O seu caráter fundamental surge como produto da fantasia, da inspiração, baseando na crença a sua argumentação, tanto para a explicação dos fenômenos naturais como sociais. A origem da religião tem relação com o estado de dependência no qual se encontrava o homem primitivo perante a natureza (Fonseca et al., 2006, p.15).

Essa interpretação da saúde-doença prevaleceu até a idade moderna no surgimento da corrente de pensamento positivista. Essa corrente de pensamento, veio para romper com as estruturas feudais da idade média, as luzes da modernidade foram determinantes para o surgimento das ciências positivas, e o processo de outros entendimentos sobre o adoecimento e saúde social (Fonseca et al., 2006).

Asa Laurel, analisa os fatores patológicos entre EUA e Cuba, por exemplo, nos resultados de sua pesquisa conclui-se que pela diminuição de doenças infecciosas, as doenças crônicas possuem maior taxa de incidência, para a autora

esta é uma visão desenvolvimentista (Laurell, 2015).

A autora analisa que os fatores sociais, são tão importantes quanto os biológicos, é fundamental compreender que saúde não é apenas de dentro para fora, mas também de fora para dentro, é o ser humano sendo constituído: “o processo saúde-doença da sociedade não se explicaria por suas determinações múltiplas, biológicas e sociais específicas, mas somente pela capacidade técnica da sociedade de eliminar certas doenças e, por exemplo, nutrir a população.” (Laurell, 2015, p.7).

Conforme verificado no tópico anterior, A fome como estratégia político-social, através da concepção materialista-histórica e dialética, é possível compreender as contradições da sociedade capitalista e os processos sociais da saúde-doença dos indivíduos.

4 METODOLOGIA

4.1 Concepção teórica e metodológica de pesquisa

Utiliza-se do referencial teórico e metodológico do materialismo histórico-dialético para a realização desta pesquisa. A escolha dessa concepção teórica e metodológica se deu por sua abordagem em relação à construção da sociedade, pensando o ser humano em sua totalidade e como agente histórico transformador do seu tempo (Marx, 2011).

O problema deve ser contextualizado como algo que seja de fundamental relevância para a sociedade, ou tenha relevância para revolucionar, transformar ou modificar a realidade em sua totalidade. Algo de fundamental importância é saber identificar os problemas enfrentados no decorrer da existência do ser humano em sociedade (Saviani, 2013).

Então, compreende-se que “problema” é algo de relevância social e, demais questões que não são importantes para o pensamento filosófico, ou, de forma mais específica, que não tem relevância para a humanidade no atual tempo histórico, são pseudoproblemas (Saviani, 2013).

Nesse ponto Saviani (2013), problematiza o desgaste na utilização excessiva do termo “problema” sem de fato apresentar uma profundidade no seu significado, o que prejudica a compreensão do que realmente é um “problema”. Dessa forma, se entende que questões envolvendo soluções do cotidiano, que necessariamente não apresentam uma relevância fundamental para a sociedade e que apenas buscam um meio já pré-concebido para o resultado, não podem ser compreendidas verdadeiramente como problemas (Saviani, 2013).

A fome não pode ser pensada como algo da natureza do homem, nem entendida como processo natural da humanidade, ela é causada por relações sociais específicas em curso, bem como, por políticas-sociais de austeridade que reforçam a desigualdade e as mazelas sociais. A partir desse entendimento, seria contraditório pensar o a fome por uma análise de método ou teoria positivista social, como Weber e Kant realizaram (Netto, 2011).

A teoria marxista coloca o homem como ser pensante, capaz de modificar sua realidade, dentre outras coisas, a partir de uma educação libertadora: “o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica” (Netto,

2011,p. 25), questionando a realidade e seu contexto histórico-social. Ao conhecer a construção e contradições da sociedade, o indivíduo é capaz de modificar a realidade que o cerca, esse entendimento é conceituado como “práxis”; a prática/teoria envolvendo o movimento de transformação da realidade, ao se entender teoricamente as contradições da sociedade capitalista (Marx, 2011).

O materialismo histórico-dialético é resumido, de forma simplificada, por alguns estudiosos marxistas como, o autor Netto (2011):

Uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (o materialismo histórico). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos "princípios fundamentais" do materialismo dialético e do materialismo histórico, sendo a lógica dialética "aplicável" indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres "leis da dialética") para assegurar o bom andamento das pesquisas. Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples "aplicação" do método de Marx, que haveria de "solucionar" todos os problemas: uma análise "econômica" da sociedade forneceria a "explicação" do sistema político, das formas culturais etc. (Netto, 2011, p. 12- 13).

Algumas conclusões equivocadas sobre o materialismo histórico são feitas por Weber, que compreende a visão histórica como monocausalidade, ou seja, que Marx reduz em um só fator de causa/efeito. No entanto, esse pensamento está equivocado, ao se referir à teoria e método marxista, já que o materialismo histórico é utilizado para compreender a realidade juntamente com o entendimento da sua totalidade (Netto, 2011).

Outro ponto que refuta a crítica do materialismo como monocausalidade é a materialidade dialética da teoria-metodológica de Karl Marx. O objeto da pesquisa não depende do pesquisador para existir, isto posto, o pesquisador captura para o plano ideal (do pensamento), o objeto de pesquisa viabilizando a explicitação da essência do objeto que foi proposto ser pesquisado (Netto, 2011). Marx descreve a diferença da dialética, em seu método, para a dialética de Hegel:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (Marx, 2013, p. 13).

Ou seja, para Hegel o pensamento cria o real, por sua vez, Marx entende que o real é fruto de uma materialidade historicamente em movimento, portanto, o objeto não depende do pesquisador para existir, assim como, para Marx, a consciência é constituída fundamentalmente pela realidade vivida pelos indivíduos. Desse modo, o

objeto necessariamente não é algo ideal. É sim, uma materialidade histórica e dialética que o pesquisador captura no âmbito do pensamento, expressando teoricamente a realidade.

4.2 Caracterização da pesquisa

Concernente a abordagem da pesquisa, foi do tipo qualitativa. A escolha dessa abordagem permite uma compreensão mais profunda do objeto de estudo, o problema sobre a fome no Brasil e sua relação com a saúde e doença da população, não pode ser reduzido apenas a variáveis de caráter estatístico, é importante considerar suas complexas condições sócio-históricas (Sousa; Santos, 2020).

Quanto à natureza da pesquisa, cabe destacar que se trata de pesquisa básica, pois se propõe a compreender a realidade histórica e a forma como a fome se manifesta e afeta a saúde-doença da população brasileira no período de 2002 a 2022. Com essa abordagem, a pesquisa busca contribuir para a formação de gestores de saúde, promovendo uma percepção mais aprofundada da realidade, e compreendendo o impacto da alimentação na saúde da população do país (Werlang; Fleury, 2006-2017).

Já quanto aos objetivos do trabalho de conclusão, tratou-se da pesquisa explicativa. A pesquisa explicativa busca refletir de forma mais aprofundada sobre a realidade, buscando compreender os fatores dos fenômenos (Raupp; Beuren, 2006).

A pesquisa explicativa tem maior coerência com o objetivo geral do referido estudo que o objetivo geral é analisar, em artigos científicos da área em questão, a relação entre a fome, as desigualdades sociais e a saúde-doença no Brasil durante o período de 2002 a 2022, buscando compreender suas dinâmicas e impactos no âmbito sociedade capitalista.

Em relação aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica, do tipo narrativa, o qual permite uma compreensão teórica sobre o que é a fome no Brasil e sua relação com a saúde-doença da população, considerando suas complexas condições sócio-históricas. A escolha desse procedimento se baseia na importância de considerar os contextos sociais e históricos (Sousa; Santos, 2020).

4.3 Procedimentos de coleta de dados

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- **Seleção da pergunta norteadora:** Como a fome é debatido na bibliografia de

saúde-doença, no contexto da sociedade capitalista, buscando compreender suas dinâmicas e impactos, no período de 2002 a 2022?

- **Definição de descritores:** Fome, Desigualdade, Saúde-Doença.
- **Plataformas pesquisadas:** Google Acadêmico, Scielo, Portal Capes.
- **Critérios de inclusão:** Os critérios de inclusão foram: artigos, livros com relevância conceitual, teórica e metodológica com o problema e objeto, a fim de obter conclusões de análises. O recorte temporal para inclusão será de 2002 a 2022.
- **Critérios de exclusão:** Os critérios de exclusão da coleta de dados, foram títulos anteriores ou posteriores a 2002 – 2022, ou que sua exclusão não gere impacto na análise do objeto, e na compreensão da pergunta norteadora, assim como publicações sem comprovação científica, ou que não apresentem credibilidade acadêmica. Monografia e outras revisões de literatura, assim como, cartilhas.
- **Mapeamento dos dados:** Nessa etapa dos procedimentos foram feitas as organizações das informações coletadas em planilha, modelo anexo nos apêndices. Para melhor entendimento do procedimento da coleta de dados foi elaborado o fluxograma da Figura 1, com a esquematização dos procedimentos de coleta de dados.

Figura 1: Fluxograma abordando a forma de coleta de dados.



Fonte: a autora (2024).

4.4 Procedimento de análise de dados

Sobre os procedimentos de análise de dados, nessa etapa metodológica foram separados em cinco momentos, para a compreensão das estruturas bibliográficas com o embasamento sólido da pesquisa científica. São estes os momentos:

- **Leitura dos dados:** Foram realizados o fichamentos e os resumos dos dados.
- **Identificação dos conceitos:** Foram destacados os conceitos com maior relevância com o tema proposto, para realizar a revisão e desenvolvimento da análise.
- **Revisão do mapeamento:** Foram revisadas todas as citações delimitadas no mapeamento dos dados e destacadas para a pesquisa na planilha¹, analisadas novamente sua relevância e a forma que ficou destacada na pesquisa.
- **Análise:** Após o mapeamento foi realizada a leitura dos diferentes artigos acadêmicos selecionados, com a finalidade de identificar as abordagens teóricas, por meio da metodologia do materialismo histórico-dialético, visando com isso trazer reflexões importantes sobre os objetivos geral e problemático da pesquisa.
- **Síntese dos resultados:** Os principais conceitos, argumentos e a teoria explicativa da realidade, foram utilizadas no trabalho de conclusão.

¹ Ver, em apêndice, página 37.

Figura 2: Fluxograma abordando o procedimento da análise de dados.



Fonte: a autora (2024).

4.5 Ética na pesquisa

Conforme a Resolução nº 510, 17 de abril de 2016, a ética é considerada uma composição da histórica humana, que tange a nível sociocultural. Conforme o artigo 1º desta resolução, no ponto de vista do CONEP, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, inciso VI, declara que pesquisas realizadas com textos de natureza científica, especificamente revisão de literatura, estão dispensadas de registro na Plataforma Brasil (Brasil, 2016).

5 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA: COMPREENDENDO A FOME NO BRASIL

Nessa etapa de análise de dados procurou-se responder os objetivos da pesquisa, por meio da análise dos artigos científicos da área em questão, e o objetivo geral, sendo ele: a relação entre a fome, as desigualdades sociais e a saúde-doença no Brasil durante o período de 2002 a 2022, buscando compreender suas dinâmicas e impactos no âmbito sociedade capitalista.

Para alcançá-lo foram selecionados 50 artigos com os descritores "fome", "saúde-doença" e "desigualdade social". Destes artigos: 38% (19 artigos)² foram selecionados na análise de acordo com os critérios estabelecidos no procedimento de coleta de dados. Por outro lado, 62% (31 artigos) foram excluídos devido aos critérios de exclusão.

5.1 Contextualização histórica das políticas para o combate à fome no Brasil 2002-2022.

O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora (Jesus, 2014, p. 29).

Conforme os autores analisados, o ano de 2003 ficou conhecido como um marco importante na reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, com um olhar voltado para a segurança alimentar nacional (Sipioni et al., 2021; Betto, 2003).

O Brasil passou a ser reconhecido nacional e internacionalmente pelo compromisso com o combate à fome e gerando grandes avanços nessa área, levando comida ao prato da população (Sipioni et al., 2021), redimindo-se da péssima imagem que havia deixado durante os anos 2000, após a divulgação do relatório da ONU que analisava a alimentação no país, demonstrando a precarização vivida nesta realidade. Além disso, o país foi pressionado através da política internacional para que o problema da fome fosse observado pelo governo brasileiro, empresariado e movimentos políticos-sociais (Tomazini et al., 2016; Andrade, 2022).

O primeiro e segundo governo Lula (2003-2011) teve como uma de suas ações implantar a Política Nacional de Segurança Alimentar - SAN, com o objetivo de erradicar a fome no Brasil, com medidas que se voltam para objetivos de curto, médio e longo prazo como observam o autor Vasconcelos (2019):

Foram projetados objetivos de curto, médio e longo prazo, entre eles: promover acesso à rede de serviços públicos, especialmente aqueles relacionados à saúde, educação e assistência social; combater a fome e a pobreza; promover políticas de SAN; contribuir para o pleno exercício da cidadania e a emancipação sustentada das famílias mais vulneráveis à fome; e promover a intersetorialidade, complementaridade e sinergia das

² Ver anexo 1.

ações sociais da administração pública.³(Vasconcelo et al., 2019, p. 4); (Tradução nossa).

Uma das ações foi a inclusão, através de Emenda Constitucional nº 64, do direito à alimentação no Brasil e sua inclusão através do Decreto nº 7.272/2010, na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, que estabeleceu os parâmetros da elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN (Vasconcelo et al., 2019). Com esses avanços na regulamentação, o monitoramento epidemiológico nutricional brasileiro ganhou maior notoriedade nas pesquisas com o desenvolvimento da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS, o que contribuiu para o pensamento da alimentação como meio de promoção da saúde, através da prevenção de doenças e ações voltadas à interseção entre Saúde Pública e a PNSAN (Vasconcelo et al., 2019).

A PNDS, por exemplo, com as pesquisas voltadas a compreender os impactos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN, observou um problema nacional de anemia e hipovitaminose A, que resultou em um aumento no orçamento destinado para o combate dessas doenças (Vasconcelo et al., 2019).

O objetivo de erradicar a fome que iniciou no governo Lula, foi continuado durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016) em 2011. A PNAN foi alterada dando maior espaço para os Direitos Humanos a Alimentação, pois até esse momento não era reconhecida politicamente a relação entre alimentação e Direitos Humanos. A alteração proposta passou a considerar como promoção da alimentação adequada e saudável, “como algo além do biologismo e das prescrições normativas da primeira edição da política, em 1999” (Sipioni et al., p. 9). Essas alterações na forma de entender a alimentação, a compreendendo como um Direito Humano e estando coligada ao processo da saúde, resultaram em avanços significativos para a população e por consequência, o Brasil foi removido do mapa da fome (Sipioni et al., 2021).

Em 2016, com o impeachment da Presidenta Dilma, a segurança alimentar deixou de ser um pilar de prioridade do próximo governo, o qual foi conduzido pelo

³ Short, medium and long-term objectives have been designed, among them: to promote access to the network of public services, especially the ones related to health, education and social assistance; combat hunger and poverty; promote FNS policies; contribute to the full exercise of citizenship and the sustained emancipation of families who are most vulnerable to hunger; and promote the intersectorality, complementarity and synergy of the social actions of the public administration[#](Vasconcelo et al, 2019, p. 4).

seu sucessor, presidente Temer (2016-2019). Nesse governo ocorreram diversos cortes orçamentários dos programas destinados à alimentação (Sipioni et al., p. 9). Da mesma forma, esse governo também ficou conhecido por suas várias políticas de austeridade fiscal, prática comum em governos neoliberais e na naturalização do problema da fome (Teles et al., 2021).

O esvaziamento da PNSAN, que era pensada buscando a soberania alimentar populacional, foi descontinuada através dos cortes orçamentários que se intensificaram durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2023). Como uma das primeiras ações, logo no primeiro dia do seu mandato em 2019, extingue o CONSEA, através de Medida Provisória 870/2019; que visava priorizar “o incentivo à agricultura predatória e agroexportadora em detrimento à produção local e familiar” (Sipioni et al., p. 10).

A MP 870/2019 veio a se transformar na Lei 13.844/2019 (Sipioni et al., 2021). O resultado das ações do governo Temer e Bolsonaro trouxeram retrocessos no combate à fome no Brasil, com a falta do CONSEA e investimentos, o que tornou os números alarmantes. O autor Azevedo (2022), ressalta que o processo de desigualdade social nas sociedades contemporâneas/tempo presente, se apresentam como contradições do modo de produção no capitalismo (Azevedo, 2022).

Para Marx e Engels, “a burguesia submeteu o campo à dominação da cidade” (Marx; Engels, 2013, p. 31), como consequência desse processo o meio rural e a produção agrícola ficaram dependentes da burguesia por intermédio do controle dos meios de produção e propriedade privada. Esse processo levou inevitavelmente para a centralização política (Marx; Engels, 2013).

Azevedo contribui com a argumentação dos autores Marx e Engels, ao retomar por meio da contextualização histórica a análise das contradições sentidas no tempo presente através de ações governamentais, por exemplo, o corte de orçamentos voltados para alimentação através da Medida Provisória 870/2019. Para este autor, “longe de ser uma condição natural da vida, a fome estrutural, é produto do conflito capital-trabalho inerente ao modo de produção capitalista” (Azevedo, 2022, p. 489).

Para o autor, a fome representa a realidade mais árida e a falta de dignidade humana, o que se configura como reflexos da disparidade social permeando na sociedade contemporânea e no tempo presente. A fome não é produto da natureza

humana, é resultado das relações capital-trabalho de quem domina os meios de produção naturais. A disputa pelos recursos públicos, privilegiando ou não as políticas de contenção da pobreza extrema, são reflexo disso (Azevedo, 2022; Andrade, 2022).

Percebe-se que apesar de diversas ações e programas governamentais relatados anteriormente, alguns tendo continuidade outros sendo descontinuados, e o problema da fome e insegurança alimentar persiste, assim como o déficit na alimentação em relação aos nutrientes oferecidos à população (Azevedo, 2022).

O mesmo autor também menciona o esvaziamento do problema, com a falta de ofertas igualitárias dos alimentos produzidos de forma saudável, sendo uma das faces intrínsecas ao sistema capitalista, pelo modo de produção da agricultura predatória e agroexportadora. Essa contradição pode ser observada nos discursos políticos e na falta dos investimentos voltados para o desenvolvimento da agricultura sustentável (Azevedo, 2022).

Azevedo (2022) também menciona que não é relevante ao modelo capitalista a busca por redução das desigualdades sociais, alternativas para a produção sustentável de alimentos e por consequência emancipar a população com segurança alimentar e nutricional através de outras formas de agricultura (Azevedo, 2022).

5.1.2 A pandemia de covid-19, fome e a relação saúde-doença

Nesse capítulo será abordado como os autores percebem a fome e saúde-doença no período pandêmico. Em janeiro de 2020, no Brasil registou-se o primeiro caso da Pandemia da COVID-19, o qual atingiu diversos locais do mundo. Pouco sabia-se sobre seu alcance e duração, contudo não demorou muito para transformar-se em uma crise sanitária global (Alpino et al., 2020).

Essa situação de agravamento sanitário trouxe algumas consequências sociais, deixando pessoas que estavam próximas da vulnerabilidade social em estado grave de vulnerabilidade, principalmente pela falta de previsibilidade referente à “finalização” da pandemia, desse modo se tornando também uma crise econômica e social (Alpino et al., 2020; Freitas; Pena, 2020).

Ao analisar a situação do agravamento da fome no Brasil, percebe-se que o país não estava preparado para lidar com a questão da segurança alimentar e nutricional, que se agravou com a necessidade de medidas de quarentena e

isolamento social, as quais ocasionaram perda de empregos e também diminuição de renda (Santos *et al.*, 2007). A alimentação já não era mais prioridade governamental, conforme verifica-se devido aos cortes orçamentários, seguidos da extinção do CONSEA que aconteceu um ano antes do COVID-19. Para Sipioni, a dificuldade em garantir segurança alimentar à população pode ser correlacionada a esses retrocessos nas políticas públicas de combate à fome (Sipioni *et al.*, 2021).

Conforme a Emenda Constitucional nº 64: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Brasil, 2012). O Estado não pode se negar a cumprir seu papel de garantia do Direito Humano à alimentação adequada em nenhuma situação, principalmente em crises e emergências sanitárias. Apesar desse entendimento, muitas vezes o pleno direito à alimentação não é aplicado à realidade social, o que se tornou ainda mais perceptível com o agravar da situação da fome e insegurança alimentar no Brasil durante o período da pandemia de Covid-19 e após (Sipioni *et al.*, 2021; Soares *et al.*, 2020). Segundo Schappo (2021), algumas medidas podem auxiliar a amenizar a gravidade da falta de alimentação adequada. Ela contribui em seu artigo com a seguinte observação:

Efetivar o direito humano à alimentação exige assim medidas que não apenas amenizam a fome, mas que busquem a superação dos fatores geradores desta condição. Tal processo envolve questões que vão além da oferta ou do acesso ao alimento em si ou de um mínimo de renda, demandando estratégias que contribuam para a efetivação do conjunto dos direitos sociais e em uma proteção social que atenda as necessidades básicas do ser humano e não apenas a alimentação (Schappo, 2021, p. 32).

Santos *et al.*, (2007), crítica a resposta política do governo em relação ao agravamento da fome e insegurança alimentar durante a pandemia, pois em sua concepção a resposta foi insuficiente. O autor conclui que o desmantelamento de Programas de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e a falta de articulação de ações eficazes também foi um agravante (Santos *et al.*, 2007). Schappo (2021), reforça esse pensamento ao analisar que a Covid-19 não foi o único fator determinante para o agravamento da fome à vida da população brasileira, sendo antes, reflexo das medidas governamentais, o que demonstra a descontinuidade dos avanços importantes, tal como pode ser verificado com a retirada do país em 2014 do mapa da fome (Schappo, 2021; Soares *et al.*, 2020).

Das medidas adotadas pelo governo Federal juntamente com os Deputados Federais, verifica-se a elaboração da proposta de auxílio emergencial, que foi instituído através de *Decreto nº 10.412* o qual consistia em “estabelecer medidas excepcionais de proteção social para trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados” (Alpino et al., 2020, p.7). Com aplicação do auxílio emergencial o Programa Bolsa Família ficou suspenso, desse modo seus beneficiários poderiam utilizar do auxílio emergencial, sendo o valor do benefício de 600 reais.

Além do auxílio emergencial Alpino et al.(2020), também ressalta outras políticas relacionadas a PNSAN que foram desenvolvidas para mitigar os impactos da pandemia em relação ao avanço da fome e insegurança alimentar, que podem ser observadas⁴ em sua pesquisa.

Das principais Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), destacaram-se as ações adotadas para mitigar os problemas da fome; essas foram desenvolvidas e mapeadas pelo autor Alpino et al.(2020), tais como:

- Instituição da Renda Básica Emergencial (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020).
- Antecipação do auxílio emergencial a pessoas que requereram o Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- Prorrogação do período de pagamento do auxílio emergencial através do Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020).
- Adoção de transferência direta de renda em diversos países como ação contra a crise econômica, com implicações para a segurança alimentar e nutricional, exemplificada pela perda de empregos devido ao distanciamento social e desaceleração econômica.

Essas medidas minimizam os impactos socioeconômicos e de segurança alimentar. Vale ressaltar que algumas ações não foram encontradas⁵ e nem destacadas na análise bibliográfica. Das principais ações destacadas por Alpino (2020), especifica-se:

⁴ Ver Anexo 1º Ações do Governo Federal para mitigação dos efeitos da pandemia que podem afetar a segurança alimentar e nutricional no período de março a maio de 2020.

⁵ Ver Anexo 1º Ações do Governo Federal para mitigação dos efeitos da pandemia que podem afetar a segurança alimentar e nutricional no período de março a maio de 2020.

- Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente: Essa lacuna é particularmente notável considerando a importância da água potável para o consumo humano e a produção agrícola.
- Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional.
- Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Estas lacunas nas ações governamentais indicam áreas em que a resposta foi insuficiente ou inexistente, refletindo desafios e limitações significativas na efetivação das diretrizes da PNSAN durante a crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 (Alpino et al., 2020; Santos et al, 2007; Schappo, 2021).

5.1.3 Políticas específicas vs. Políticas estruturais de 2002 - 2022

Os programas de combate à fome, como o “Fome Zero” (2003 - 2021) e posteriormente o “Bolsa Família” (Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004), são frequentemente citados por sua eficiência em reduzir a pobreza extrema (Yasbek, 2004; Betto, 2003). Neste capítulo, serão analisados os programas, identificando e ações mais específicas, as quais não realizam transformações estruturais duradouras, tais ações contribuem em um plano de assistencialismo e/ou filantropia.

O programa “Fome Zero”, se propunha em ser uma iniciativa ampla de segurança alimentar e combate a extrema pobreza, buscando combater a fome através de uma combinação de políticas específicas e estruturais (Yasbek, 2004).

Compreende-se que as ações específicas/emergenciais, do Fome Zero, tais quais: “doações de cestas emergenciais, segurança e qualidade dos alimentos, ampliação do PAT, combate à desnutrição infantil e materna, ampliação da merenda escolar e outros.” (Yasbek, 2004, p. 18). Contribuíram para a construção fundamental para a segurança alimentar como ação imediata, as quais devem ser acompanhadas de políticas educativas como a obrigatoriedade das famílias matriculem seus filhos das escolas, assim como a frequência escolar positiva (Yasbek, 2004; Betto, 2003).

Para a autora o foco excessivo em medidas imediatistas acabou ofuscando a necessidade de reformas mais abrangentes, principalmente pela falta do

acompanhamento de ações estruturais como “geração de emprego e renda, previdência social universal, incentivo à agricultura familiar, alfabetização de adultos, reforma agrária e bolsa-escola e renda mínima” (Yasbek, 2004, p. 18).

O programa trazia como propostas estaduais e municipais (locais), a criação de restaurantes populares nas regiões metropolitanas e apoio à agricultura familiar nas áreas rurais. A criação e aplicação do programa “Fome Zero” trouxe para o debate público, as contradições sociais brasileiras, como a extrema pobreza, tema esteve invisível no debate público (Yasbek, 2004).

Para os autores Neder, Alves Filho e Souza (2015) o programa “Fome Zero”, assim como outras políticas de Segurança alimentar, trouxeram notoriedade política sobre o tema. Esses autores compreendem que a intenção era de que o aumento salarial fosse maior que a inflação da época e que nesse sentido o “Bolsa Família” seria relevante (Neder et al., 2015; Betto, 2003).

O programa “Bolsa Família” está caracterizado como ação de transferência de renda, a qual é destinado para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Nender (2015) cita que:

Desde 2003, os aumentos reais do salário mínimo e o Bolsa Família tornaram-se facilitadores da acessibilidade alimentar. Contribuiu para isso o maior controle da inflação: na era Lula, de 2003 a 2010, os preços subiram 5,8% ao ano; em 2011 esse valor foi de 6,5%, 5,84% em 2012 e 5,91% em 2013, o que resulta em média anual de 6,1%, relativamente menor do que na gestão FHC (1995 a 2002), em que o aumento médio foi de 9,1% (Neder et al., 2015, p. 53).

Percebe-se que a transferência de renda por intermédio do “Bolsa Família”, possibilita às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza a possibilidade do acesso ao alimento, contribuindo no combate à fome, principalmente em momentos de altas nos preços, para manter uma alimentação adequada. Quanto menor a renda per capita das famílias, maior a representatividade dos gastos com alimentação e impacto em seu poder de compra (Neder *et al.*, 2015; Duarte et al. 2021).

Esse é um reflexo latente da desigualdade social: pessoas com baixa renda, sem acesso aos programas sociais, não conseguem garantir apenas com seu poder aquisitivo todos os elementos necessários para a sobrevivência (Neder *et al.*, 2015).

Já o “Auxílio emergencial” serviu para mitigar os efeitos da pandemia sobre a fome e a pobreza, contudo não apresentava uma ação transformadora para problemas estruturais como a geração de emprego, a reforma agrária, ou a

educação. E sim, uma ação imediatista causada devido ao reflexo da pandemia em relação à fome, concebido como uma medida transitória e não transformadora (Alpino et al., 2020). Para Alpino *et al* (2020) o auxílio emergencial, teve diversos problemas na garantia do direito da alimentação, em seu artigo cita que:

O auxílio emergencial foi popularmente nomeado como coronavoucher, o que reflete um caráter pejorativo, como algo perecível, estigmatizante, e não a perspectiva do direito e dever do Estado para além de uma renda emergencial para os mais vulneráveis. Diariamente, são noticiados problemas no processo de garantia desse direito que geraram aglomerações nas agências da Caixa Econômica Federal, contrapondo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Dessa forma, a pandemia escancara e amplifica as desigualdades existentes no Brasil e a necessidade de efetivar políticas universais de renda básica (Alpino *et al.*, 2020, p. 7).

Compreende-se que o auxílio emergencial, implementado durante a pandemia de COVID-19, não pode ser considerado uma política estrutural devido à sua natureza temporária e imediatista. Diferente de programas como o "Fome Zero" e o "Bolsa Família", que visam integrar ações específicas com medidas de transformação social de longo prazo, o auxílio emergencial foi uma resposta rápida às urgências causadas pela crise sanitária e econômica, sem o objetivo de promover mudanças duradouras na estrutura socioeconômica do país (Alpino et al., 2020; Neder *et al*, 2015 ; Yasbek, 2004).

5.1.4 Caracterização dos Programas de Combate à Fome

Para entender plenamente os programas de combate à fome, é necessário uma caracterização detalhada de suas propostas e implementações:

- **Condicionalidades:** O Bolsa Família exige que as crianças das famílias beneficiadas frequentem a escola e que todos os membros da família sigam o calendário de vacinação e participem de programas de saúde preventiva. Isso visa não apenas a transferência de renda, mas também a melhoria dos indicadores sociais a longo prazo (Yasbek, 2004 ;Neder et al., 2015).
- **Integração com Outras Políticas:** O Fome Zero, por exemplo, incluía ações como a construção de cisternas no semiárido, programas de alfabetização de adultos e iniciativas de apoio à agricultura familiar. Isso mostra uma tentativa de criar uma rede de segurança social mais integrada e abrangente (Yasbek, 2004).

A implementação dessas políticas também deve ser analisada sob a perspectiva de que nem todas as entregas ocorreram como projetado. Yazbek (2024) reforça a importância de fazer o acompanhamento dos impactos dos

programas “Fome Zero” e “Bolsa Família”, para compreensão do que foi realizado na práticas, em relação ao que foi originalmente idealizado (Yasbek, 2004):

- Idealização vs. Realidade: O Fome Zero foi idealizado como um programa que integraria políticas estruturais e emergenciais. No entanto, houve críticas sobre a falta de uma efetiva integração e coordenação entre as várias ações e programas. Comentários de figuras como Frei Betto (2003) sugerem que as políticas se desviaram significativamente do que foi inicialmente concebido, perdendo parte de seu potencial transformador (Yasbek, 2004; Betto, 2003).
- Desafios: A fragmentação e a pulverização das ações, junto com uma gestão complexa e às vezes ineficaz, foram pontos críticos que impactam esses programas. Além disso, a escolha de focar majoritariamente nas regiões mais pobres, como o semiárido nordestino, gerou debates sobre a adequação e os impactos dessas prioridades regionais (Yasbek, 2004).

Os programas de combate à fome implementados pelos governos do PT, especialmente o Bolsa Família e o Fome Zero, representaram um avanço na redução da pobreza extrema no Brasil, que ficou conhecido como referência internacional no combate à fome. Para Neder et al. (2015), o principal motivo deste reconhecimento foram “Os resultados obtidos [que] refletem, sobretudo, os impactos do principal programa implementado pelos governos Lula (2003-2011), responsável por tornar o Brasil referência na área de Segurança Alimentar” (Neder et al., 2015, p. 52).

No entanto, a ênfase em políticas de transferência de renda, sem uma transformação estrutural ampla, construída em paralelo, limita seu impacto para o longo prazo. A análise bibliográfica dos artigos sobre esses programas revela uma necessidade constante de crítica e refinamento para evitar que sejam vistos como soluções paliativas, e sim, como parte de uma abordagem mais ampla e integrada de combate à pobreza e desigualdade social no país e a possibilidade real de uma transformação da sociedade em sua totalidade e que assim se concretizem de fato, não sendo apenas ações paliativas (Yasbek, 2004; Carvalheira, 2009).

5.1.5 Combate a fome no Brasil e a Estratégia da Saúde da Família

A produção de saúde, muito mais do que um domínio da ciência, é da ordem da afirmação da vida. (Costa; Bernardes, 2012).

Neste capítulo será abordado, o terceiro objeto específico, as transformações sociais e econômicas modificaram a forma como o pensamento referente à saúde foi

se desenvolvendo. Durante a modernidade (XV -XVIII), o pensamento da episteme-moderna sobre saúde é articulado como “falta de doença”. Esse entendimento apesar de não estar incorreto em sua totalidade limita a compreensão das variáveis determinantes sociais que impactam no processo de saúde/doença do indivíduo (Costa; Bernardes, 2012).

Ou seja, compreende-se que a epistemologia moderna tem como prática regulativa o pensamento e método científicos. Dessa forma, apesar de ter entendimento sobre saúde opostos ao viés religioso e místico, os quais eram utilizados durante o período da Idade Média, ainda assim compreendia o ideal de saúde com falta de alternativas para além da ausência de doença.(Costa; Bernardes, 2012).

No período da revolução industrial, Marx juntamente com outros sociólogos e também filósofos que viveram no período dos séculos XIX e XX, criticam o modo de compreender a saúde na episteme moderna, entendendo que saúde está ligada também às políticas sociais, seu determinantes e a construção do Estado-Nação, compreendendo a realidade que é transposta ao indivíduo em sociedade. (Costa; Bernardes, 2012).

Para os autores, compreende-se que:

A episteme moderna constitui-se como uma “máthêsis, entendida como ciência universal da medida e da ordem”. O corte e a precisão permitem uma forma de “taxionomizar” os fenômenos da vida cotidiana como objetos quantitativamente mensuráveis, matematizáveis e ordenáveis, criando, com isso, um “corpus” explicativo e hipotético-dedutivamente ordenado com pretensões metanarrativas de universalidade modelar e performatividade técnica e tecnológica (Costa; Bernardes, 2012, p. 825).

Como observado na citação acima, o pensamento epistemológico da contemporaneidade (XVIII e XXI), diferentemente do período da modernidade, tem como método a análise dos dados para além de números estatísticos estanques ou quantitativos (Costa; Bernardes, 2012). A crítica dos autores para a episteme moderna está relacionada ao tipo de análise muitas vezes engessada, a qual apresenta um distanciamento da realidade, uma vez que esses números sozinhos podem apresentar uma compreensão distorcida da realidade, quando analisados isoladamente. Através do materialismo histórico dialético é possível trabalhar com os elementos sociais pelo tempo cronológico e o espaço que o objeto saúde está sendo analisado (Costa; Bernardes, 2012).

A partir dessa compreensão da saúde como determinante no

desenvolvimento social, pode-se observar a relevância e o alcance da Atenção Primária à Saúde (APS) na qualidade de vida e a equidade em saúde, mesmo com seus os desafios (Bezerra; Sorpreso, 2015).

Para Schappo (2021), Atenção Primária à Saúde (APS), desenvolvida no país, ultrapassa a abordagem engessada da episteme moderna através de uma visão voltada para os determinantes sociais, como por exemplo: A Estratégia da Saúde da Família - ESF aproxima os serviços de saúde da comunidade. Contribuindo com o combate à fome, a insegurança alimentar e nutricional. Portanto, apoiando a identificação das causas relacionadas à desnutrição moderada-grave, e os problemas crônicos desenvolvidos por uma alimentação inadequada (Schappo, 2021; La Porta, 2019).

É por meio, das articulações entre as políticas públicas de saúde com a PNAN que tem um dos objetivos melhorar a saúde da população brasileira (Sipioni et al., 2021), na imagem abaixo pode-se observar as articulações referentes à PNAN: Rever a coesão deste parágrafo.

Figura 3 - Organização da Atenção Nutricional.



Fonte: Ministério da Saúde. Brasil, 2022.

Através da ESF, é fundamental que sejam desenvolvidas estratégias na busca de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, sendo um dos objetivos da PNAN. O repasse de informações da saúde nutricional através de profissionais capacitados em avaliar a necessidade nutricional de cada grupo, de acordo com as diretrizes do Guia Alimentar Para a População Brasileira e Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos, auxiliando na promoção da saúde

populacional (Schappo, 2021).

Desse modo, é importante observar a relevância dos nutricionistas na Estratégia da Saúde da Família, para a promoção da saúde e do conhecimento aos indivíduos, assim como ações voltadas a hortas no espaço das Unidades Básicas de Saúde da Família -UBSF, podem contribuir em mitigar os possíveis problemas relacionados à falta de acesso aos alimentos saudáveis mostrando-se como processos educacionais iniciais. Transformando o ato de se alimentar, em uma ação não “mecânica”, passando a ser uma decisão consciente dos indivíduos (Schappo, 2021; Sipioni et al., 2021).

Todavia, é de suma importância que os profissionais de saúde (médicos, nutricionistas, enfermeiros...), gestores hospitalares e pesquisadores, observem a forma como a população consome os alimentos, e busque alternativas, considerando os determinantes sociais e culturais na construção de uma alimentação e de sua memória afetiva em ações que auxiliem a emancipação e soberania alimentar (Schappo, 2021; Sipioni et al., 2021).

Os produtos de ultraprocessados são consumidos principalmente nas classes mais baixas, trazendo diversos problemas à saúde da população como diabetes, hipertensão, colesterol e problemas cardíacos (Sipioni et al., 2021). Dessa forma, a desigualdade social produz uma probabilidade maior de classes sociais vulneráveis desenvolverem determinadas doenças em função da sua alimentação.

A autora Schappo(2021) afirma:

A ausência do direito humano à alimentação envolve não apenas a falta de renda ou da disponibilidade de alimentos, mas de vários outros fatores, como o não acesso ao alimento, a falta de condições adequadas para produzir o alimento, o não acesso à terra, a falta de condições de saúde ou de habitação, entre outras (Schappo, 2021, p. 32).

Ao discutir sobre alimentação e saúde necessita-se compreender quais alimentos estão sendo oferecidos à população ou, que são acessados e, também, as condições que esses alimentos estão sendo preparados. Por tanto é preciso pensar em todos os elementos essenciais para a dignidade humana: moradia, energia, saneamento básico, equipamentos, utensílios básicos, gás e tempo deixam explícito as desigualdades estruturais subjacentes ao sistema atual (Schappo, 2021).

Para os autores Frutuoso e Viana(2021): “A sociedade de abundância tem relação direta com o cenário epidemiológico nutricional da população, o que coloca o

desafio de (re)pensarmos a questão da fome diante da mudança dos efeitos visíveis em que ela estaria se manifestando” (Frutuoso; Viana, 2021, p. 5). Ou seja, a falta de condições adequadas nos casos mais graves podem levar à fome e também à uma alimentação com falta de nutrientes suficientes para o desenvolvimento saudável, ou até mesmo esse acesso se restringe ao consumo de alimentos ultraprocessados e nesses casos o direito à alimentação também está sendo negligenciado.

Sipioni (2021) contribui com esse entendimento afirmando que o consumo de ultraprocessados pode ser compreendido como. Conforme mencionam Sipioni et al. (2011), a “fome oculta, quando há acesso (mesmo que não permanente) a alimentos energeticamente densos, mas com pobreza de outros nutrientes, como vitaminas e minerais” (Sipioni et al., 2021, p.11). Outro problema da alimentação é a insegurança alimentar o indivíduo tem acesso a comida em menor quantidade, muitas vezes pulando refeições (Sipioni et al., 2021).

Não basta estar sendo ofertado, precisa-se ter a qualidade nutricional suficiente para o corpo humano, se desenvolver e sobreviver em melhor funcionamento. Muitas vezes essas opções alimentares são apresentadas como uma escolha mais prática, fácil e barata, sendo atrativa para o cotidiano exaustivo da maioria dos indivíduos, sendo a maior porcentagem, a população de baixa renda. Essa é outra das formas como a desigualdade se manifesta através da alimentação (Sipioni et al., 2021; Schappo, 2021). Tomazini et al., (2016), também mencionam que “o surgimento de uma nova matriz não se produz com a substituição de um paradigma por outro, mas sim por meio de novas associações e novos arranjos oriundos de outros paradigmas pré-existentes mais ou menos antigos” (Tomazini et al., 2016, p. 17).

Conforme observado por Schappo (2021), a indústria de alimentos ultraprocessados está intrinsecamente ligada a uma Sindemia Global, termo utilizado para descrever três pandemias interligadas: desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. A análise dela ressalta que a crise agrária no Brasil contribui para os problemas relacionados aos ultraprocessados (Schappo, 2021), o que, por sua vez, tem impactado negativamente a saúde de várias pessoas, aumentando ocorrências de doenças como diabetes, hipertensão e outras enfermidades crônicas (Sipioni et al., 2021).

Segundo Schappo (2021), a crescente indústria de alimentos ultraprocessados está intrinsecamente ligada a uma Sindemia Global. Em sua análise, ela ressalta que a crise agrária no Brasil desempenha um papel crucial na exacerbada proliferação de produtos ultraprocessados (Schappo, 2021), os quais têm acarretado severas repercussões na saúde pública, manifestadas no aumento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão e outras afecções.

Como uma alternativa para combater essa Sindemia Global, Schappo propõe políticas mais sustentáveis e proativas. Neste contexto, destacam-se medidas que incluem o fomento e o apoio governamental à agricultura voltada à produção de alimentos saudáveis, bem como a promoção do acesso a esses alimentos (Schappo, 2021). Segundo Tomazini:

Partimos da constatação de que a temática da segurança alimentar, embora tenha se institucionalizado no governo federal notadamente com a criação do CONSEA em 2003, permanece como uma estratégia marginal da intervenção governamental em matéria de políticas sociais de luta contra a pobreza, voltada fortemente para as transferências de renda, com a criação do Programa Bolsa Família (Tomazini, 2016, p. 17).

Além disso, é essencial sair apenas da perspectiva meramente do produtivista, pautada meramente no lucro, para uma abordagem que promova a sustentabilidade entre a agricultura e a natureza. Buscando benefícios tanto para a sociedade, quanto para o meio ambiente, de forma que promova de fato uma transformação da realidade de forma concreta (Schappo, 2021).

Assim como, é necessário o aumento de produções acadêmicas voltadas a pensar a alimentação de forma transformadora, possibilitando através da pesquisa, que sejam promovidas melhores análises de políticas públicas, avaliando o impacto na vida da população (Tomazini et al., 2016).

Uma vida digna e saudável para além da ausência de doença, contempla acessos à moradia, alimentação, educação, saúde. Ao pensar na relação com saúde a autora, Asa Laurell (2015), menciona que para existir um Sistema de Saúde Universal precisa-se garantir todos os acessos de forma igualitária, com equidade uma vez que os determinantes sociais impactam de forma fundamental na saúde-doença da população (Laurell, 2015).

Schappo (2021) destaca ainda que a falta de uma transformação social emancipatória na produção de alimentos deixa a população constantemente 'refém' das alternativas governamentais, e do compromisso político com a continuidade das ações e programas voltados para a segurança alimentar, desse modo as pessoas

em vulnerabilidade social são as mais afetadas com a falta de investimentos na alimentação, estando cada vez mais distante de uma vida digna (Schappo, 2021; (Carvalheira, 2009).

5.2. Fome como sintoma do capitalismo

Como os resultados da análise bibliográfica, demonstram que a fome neste contexto, não é apenas um problema de produção de alimentos, sendo um sintoma da estrutura social, a qual coloca o lucro em detrimento da dignidade humana.

É possível exemplificar, ao analisar como a maioria das ações são voltadas para reduzir o impacto imediato da falta de acesso a alimentos, ao invés de transformações adequadas na diminuição das desigualdades sociais e econômicas (Carvalheira, 2009).

Marx e Engels (2007) argumentam que as condições materiais de vida são determinantes para a consciência social. A fome no Brasil é agravada por políticas inadequadas e desigualdades históricas. Isso se alinha com a crítica dos autores à ideologia dominante, que justifica e perpetua a exploração da classe trabalhadora. A fome, portanto, é vista como uma ferramenta de controle social que mantém a ordem capitalista.

Dessa forma, compreende-se a necessidade de políticas públicas eficazes que abordem as raízes socioeconômicas da fome, promovendo uma distribuição mais justa dos recursos e acesso equitativo à alimentação saudável, ou seja, que vai até a raiz do problema.

A relação entre fome e saúde é destacada como a desnutrição e a má alimentação resultam em problemas de saúde que afetam principalmente as populações mais vulneráveis. Isto reforça a ideia de Marx e Engels (2007) de que as condições materiais (neste caso, a saúde e a alimentação) influenciam a qualidade de vida e a capacidade de ação das pessoas, trazendo dignidade humana.

Sendo assim, a fome é compreendida não apenas como uma questão de falta de alimentos, porém como um reflexo das condições materiais impostas na sociedade capitalista, que perpetua desigualdades e políticas ineficazes no enfrentamento deste problema. Frutuoso e Viana (2021) contribuem com essa crítica, para eles:

Discutir os sistemas alimentares impostas na sociedade capitalista e abordar a complexidade de produção, distribuição e comercialização dos alimentos que, cada vez mais, dependem de fluxos comerciais globais. A

concentração de propriedade e tecnologia controla não só a produção de alimentos como toda a cadeia alimentar (maquinário agrícola, pesticidas, sementes; comercialização de matérias-primas - commodities; processamento, transporte, distribuição e vendas no varejo de alimentos) (Frutuoso; Viana, 2021. p. 6).

Desse modo, é necessário uma transformação das condições materiais e uma abordagem política que priorize a dignidade humana sobre o lucro, em todas as esferas do complexo sistema alimentar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de conclusão teve como objetivo geral o objetivo geral foi analisar, em artigos científicos da área em questão, a relação entre a fome, as desigualdades sociais e a saúde-doença no Brasil durante o período de 2002 a 2022, buscando compreender suas dinâmicas e impactos no âmbito sociedade capitalista. Além disso, procurou-se descrever e contextualizar as políticas e ações voltadas para fome, no âmbito da sociedade no Brasil de 2002-2022 e Avaliar como políticas/estratégias específicas do SUS podem contribuir para o combate à fome no Brasil;

A pandemia de COVID-19 (2020-2022) exacerbou a fome e as desigualdades sociais, porém não foi a única causa. As políticas de austeridade implementadas durante este período aumentaram ainda mais as disparidades sociais. O mapeamento também destacou a importância do CONSEA e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) como elementos chave na mitigação da insegurança alimentar.

A análise do mapeamento bibliográfico revelou que as principais causas da fome no Brasil estão fortemente ligadas a fatores governamentais e políticas econômicas. Observa-se que as políticas de austeridade fiscal e a priorização de modelos de produção voltados para o lucro, em detrimento do bem-estar social, agravaram significativamente a situação da fome. Nenhum dos artigos estudados trata a fome como um fenômeno natural, mas sim, como resultado de decisões políticas e econômicas, contudo, muitas vezes, verificou-se a análise da fome, por meio de uma abordagem imediatista, sem enfrentar questões fundamentais na análise da construção da fome em sociedade, desse modo é importante que outros trabalhos avancem na pesquisa da temática da alimentação no atual contexto histórico.

Já no que se refere ao impacto da fome no sistema de saúde, os resultados mostram que a falta de acesso adequado a alimentos está diretamente relacionada ao desenvolvimento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e problemas cardíacos, especialmente entre as populações vulneráveis. Esse cenário aumenta os custos hospitalares e a carga sobre o sistema de saúde, evidenciando a necessidade de uma abordagem preventiva e promocional na saúde. A redução dos investimentos em saúde e programas alimentares no Brasil entre 2016 e 2021

agravou ainda mais a situação, dificultando o enfrentamento desses desafios.

Os resultados deste trabalho de conclusão sublinham a necessidade de políticas públicas eficazes e intervenções sociais que considerem a alimentação como um direito fundamental e essencial para a saúde. Assim como, ao analisar o terceiro objetivo a articulação entre a PNAN e a Estratégia de Saúde da Família (ESF) mostrou ser uma abordagem promissora, ampliando o debate sobre a alimentação saudável e combatendo a desinformação.

A existência da fome, conforme a discussão realizada, demonstra a necessidade de modificação das estruturas sociais e a forma na qual o problema é tratado. É necessário buscar ações que transformem a realidade social de forma contínua, desse modo, promovendo a saúde de forma transformadora e garantindo a emancipação alimentar como passo fundamental para assegurar uma vida digna à população.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **A FOME**, *crise ou escândalo*. 13ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1991. 103 p.

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. Cadernos de Saúde Pública. **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais**. Revista. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>>. Acesso em: 05 ago 2024.

ANDRADE, Rômulo de Paula. História, Ciências, Saúde. **Fome, um objeto da história? / Hunger: a subject of history?**. Revista. Manguinhos, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702022000400012>>. Acesso em: 05 ago 2024.

ASA, Laurell Cristina. **Por el derecho universal a la salud: una agenda latinoamericana de análisis y lucha**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20151109090721/derecho_universal_a_la_salud.pdf>. Acesso em: 05 ago 2024.

BARROSO, Duarte, et al. **População em situação de rua: representações sociais sobre o comer e a comida / Homeless: social representations of eating and food / Personas sin hogar: representaciones sociales sobre el comer y la comida**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 2021. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/41027/30451>>. Acesso em: 05 ago 2024.

BETTO, Frei. **A fome como questão política**. Estudos Avançados, v. 17, n. 48, p. 53-58, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/BBB3fZXrTfVGYcKTwrFwGdc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 ago 2024.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/text>>

os-para-discussao/td-8-as-politicas-publicas-sobre-a-fome-no-brasil#:~:text=A%20partir%20de%20uma%20proposta,de%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20(CONS
EA)>. Acesso em: 05 ago 2024.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. **O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos**. Revista Retratos de Assentamento, 2013. Disponível em: <<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/148/134>>. Acesso em: 22 out 2022.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_6/sessao_6_A/01_Ricardo_Borsatto.pdf>. Acesso em: 22 out 2022.

BRASIL. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 04 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 348 p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO__Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf>. Acesso em 05 ago 2024..

CARVALHEIRA, Renato. **A fome como uma questão social nas políticas**

públicas brasileiras. *Revista IDeAS*, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/8/9>>. Acesso em: 05 ago 2024.

CARVALHO DE AZEVEDO, Darana. **Vamos, sim, falar da fome!** *Revista Katálisis*, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/Gnzm5RSPrZRsnCypdhCxsF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 ago 2024.

CARVALHO, Fernanda Ferreira. **Estruturas opressoras, povos famintos: a colonialidade e a violação ao direito humano à alimentação.** Goiás: UFG, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10825>>. Acesso em: 05 ago 2024.

COSTA, Márcio Luis; BERNARDES, Anita Guazzelli. **Produção de Saúde como Afirmação de Vida** - Health Production as a Life Statement, 2012, ARTIGO. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000400003>>. Acesso em: 05 ago 2024.

SIPIONI ELISEU, Marcelo et al. **Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 E O ENFRENTAMENTO À FOME NO BRASIL.** Preprints SciELO, 2021. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/660/866/909>>. Acesso em: 05 ago 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

FREITAS, Maria do Carmo. **Agonia da fome.** Rio de Janeiro: FioCruz, 2003. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r9y7f>>. Acesso em: 05 ago 2024.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil.** Pelotas: UFPel, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/18903>>. Acesso em: 05 ago 2024.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. **Quem inventou a fome são os que comem*: da invisibilidade à enunciação** – uma discussão necessária em tempos de pandemia. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200256>>. Acesso em: 05 ago 2024.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio R. C. **Pesquisa Aplicada: Conceitos e abordagens. Anuário de Pesquisa**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/download/72796/69984>>. Acesso em: 05 ago 2024.

LEME, Adriana Salay. **Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702021000400010>>. Acesso em 05 ago 2024.

MARX, Karl. **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857 – 1858. *Esboço da crítica à economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5668741/mod_resource/content/1/MARX_%20Grundrisse%20Manuscritos%20Econ%C3%B4micos%20%281%29.pdf>. Acesso em: 05 ago 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã - Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>>. Acesso em: 05 ago 2024.

MARX, Karl. **O capital: capital da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 1ª ed. v.1. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>>. Acesso em: 05 ago 2024.

MEDEIROS, Carlos. **Número de brasileiros com fome dispara e atinge 33,1 milhões, diz pesquisa**. OUL, 2022. Disponível em

<<https://noticias.uol.com.br/columnas/carlos-madeiro/2022/06/08/fome-atinge-33-milhoes-de-pessoas-e-pais-retrocede-a-anos-90-diz-pesquisa.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 30 ago 2023.

MELO, Ludmila da Silva; MOURA, Leides Barroso Azevedo. **Rede de segurança alimentar e nutricional em uma região do Distrito Federal**. Ciência & Saúde Coletiva, 2017. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-696225>>. Acesso em: 05 ago 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da PNAN. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnan/diretrizes>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NETTO, José Paulo. **A introdução ao estudo e método de Marx**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>>. Acesso em: 05 ago 2024.

NEDER, Henrique et al. **Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil**: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. Ciência & Saúde Coletiva, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301003>. Acesso em: 05 ago 2024.

PAIM, Jairnilson Silva. **Uma análise sobre o processo da Reforma Sanitária brasileira**. *Saúde em Debate*, vol. 33, núm. 81, jan.-abr. 2009, pp. 27-37. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5978/1/Paim%20JS%202009.%20Artigo2.pdf>. Acesso em: 05 ago 2024.

PAIM, Jairnilson Silva. Bases conceituais da Reforma Sanitária Brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6538/1/Paim%20JS.%20%20Bases%20conceituais.%201997.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PONTES, Raquel Pereira et al. **Quem passa fome no Brasil? Uma análise**

regional dos determinantes da insegurança alimentar forte nos domicílios brasileiros. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2018. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/320/239>. Acesso em: 05 ago 2024.

PERRY, Anderson. "O balanço Neoliberal." In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>. Acesso em: 05 ago 2024.

CFN. Fome: Cenário é agravado com a pandemia e crise econômica. 2020. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/fome-cenario-e-agravado-com-a-pandemia-e-crise-economica/#:~:text=19%2C1%20MILH%C3%95ES%20PASSAM%20FOME%20NO%20BRASIL&text=A%20partir%20da%C3%AD%2C%20a%20acelera%C3%A7%C3%A3o,milh%C3%B5es%20para%2019%2C1%20milh%C3%B5es>. Acesso em: 26 out 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 19ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/23559950/EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_SENSO_COMUM_%C3%80_CONSCI%C3%8ANCIA_FILOS%C3%93FICA_COLE%C3%87%C3%83O_EDUCA%C3%87%C3%83O_CONTEMPOR%C3%82NEA_11a_Edi%C3%A7%C3%A3o_1996_EDITORA_AUTORES_ASSOCIADOS>. Acesso em: 05 ago 2024.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo qualitativa: modo de pensar e de fazer.** Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>>. Acesso em: 05 ago 2024.

FONSECA, RMG; EGRI, EY; BERTOLOZZI, MR. O materialismo histórico e dialético e dialético com Teoria da Cognição e Método para a Compreensão do Processo Saúde Doença. In: EGRI, EY; CUBAS, MR. (org.). **O Trabalho da Enfermagem em Saúde Coletiva no Cenário CIPESC.** Curitiba: Associação Brasileira de

Enfermagem - Seção Paraná, 2006, p. 19-61. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6181393/mod_resource/content/0/MH-texto.doc%20-%20MaterialismoHistEgryFonsecaBertolozzi%20-%20co%CC%81pia.pdf>. Acesso em: 05 ago 2024.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35790526/Cap_3_Como_Elaborar-libre.pdf?1417423214=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCap_3_Como_Elaborar.pdf&Expires=1691017705&Signature=HgChGyRbl9OHV~FfWd57S~heHqMW9UUdEU5kYxCCQtvd0LvEpjuKY6J8J0y2tdA21kaxG5~4WaTIShpbiw7syy7tPHIBvJGSfbQIPGsJlkrQIMAO4PGQVe5dH5k5B1zDnDwihk8TPRHRwmhJJOmhk5NusrGyjCknZMIsJAdHkNLdz08kVMFhDfCprZI44MWwRamwUWZTIX6Z4cmGPXI6HdIMF4DmASe33NVCfmHV5xWUZNpG0gBuB6aleEKjehzrpc2F~LjwUR23ImPuXcBVxyXYQN3sNHohxtjWaF0QaEoaeJSEiPUQ~tFLw8U5~Ln~-zcXxnv6sRZ3IRwok30TGw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 05 ago 2024.

ROCHA, Élide Mara Braga et al. **Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro**. Ciência & Saúde Coletiva, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201400020015>>. Acesso em: 05 ago 2024.

ROSELAINE, Caroline et al. **Fomes contemporâneas**. PUCPRSS. Curitiba, 2020. 1ª ed., 220 p.

SCHAPPO, Sirlândia. **Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19**. Sociologias, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423>. Acesso em: 05 ago 2024.

SANTOS; Maria Pacheco *et al.* **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002**. Cadernos de Saúde Pública, capítulo 4, pag. 2681-2693. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v23n11/15.pdf> Acesso em 09 ago 2024.

TELES, Heloísa; ANDRIGHETTI, Isadora Rech; CORRÊA, Laís Duarte. **O Retrato de um Brasil-que-passa fome: a fome como expressão do subdesenvolvimento**. Saúde em Debate, 2021. Disponível em:

<<https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26n1p147-164>>. Acesso em: 05 ago 2024.

YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(2): 104-112. Revista, 2004. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200011>>. Acesso em: 05 ago 2024.

ANEXO

Ações do Governo Federal para mitigação dos efeitos da pandemia que podem afetar a segurança alimentar e nutricional no período de março a maio de 2020

Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	Ações identificadas
Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	Instituição da Renda Básica Emergencial (Lei no 13.982, de 2 de abril de 2020 25).
	Antecipação do auxílio emergencial a pessoas que requereram o Benefício de Prestação Continuada (BPC).
	Adequação das normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a continuidade do programa durante o período de pandemia (Lei no 13.987, de 7 de abril de 2020 43) e antecipação de repasse financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE aos estados e municípios.
	Aporte financeiro para pequenas e médias empresas brasileiras, a fim de garantir a manutenção dos salários dos trabalhadores.
	Repasse emergencial de recursos federais para a operacionalização de ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Portaria no 385, de 13 de maio de 2020 49).
	Acréscimo de medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família (Portaria no 387, de 15 de maio de 2020 36).
Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.	Criação de canal de WhatsApp para a comunicação de perdas na agricultura em função da COVID-19 (Disque Perdas de Alimentos).
	Instituição da Portaria no 116, de 26 de março de 2020 83, que dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.
	Elaboração de recomendações de boas práticas em feiras livres.
	Publicação de orientações para a segurança do trabalhador em ambiente frigorífico.
	Publicação da Resolução no 4.801 57 que autoriza, para produtores rurais, inclusive agricultores familiares, a prorrogação do reembolso das operações de crédito rural; a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) com recursos do crédito rural para estocagem e comercialização; e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) com taxas de juros subsidiadas.
	Monitoramento dos principais estabelecimentos de abastecimento (Companhia Nacional de Abastecimento, centrais de abastecimentos e supermercados).
	Elaboração de recomendações para os setores relacionados ao abastecimento alimentar (colheita, transporte e comercialização).

	Abertura de crédito extraordinário de R\$ 500 milhões para a compra de produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Medida Provisória no 957, de 24 de abril de 2020 53).
	Prorrogação da validade de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) por seis meses pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Portaria no 24, de 24 de março de 2020 84).
	Criação de canal direto on-line no portal (http://www.gov.br) junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para representações do setor agropecuário visando a receber pedidos de ação em decorrência da pandemia.
	Contratação de crédito rural em oito meses para produtores.
	Liberação de linhas de crédito de para pequenos empreendedores, cooperativas e informais.
	Publicação de Instrução Normativa no 29, de 23 de abril de 2020 59, que estabelece requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal, inspecionados por consórcio público de municípios.
	Definição de medidas de caráter emergencial para os procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural (Resolução no 4.810, de 30 de abril de 2020 57).
	Mudança de regras do Garantia-Safra para a verificação das perdas por seca nos municípios pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e antecipação do pagamento do Garantia-Safra.
Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.	Publicação de materiais educativos da Secretaria de Vigilância em Saúde e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde no contexto da pandemia com recomendações sobre alimentação, como: planejamento de refeições e de compras de alimentos, cuidados e higienização de hortaliças e vegetais, aleitamento materno, alimentação de idosos.
Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 85, povos indígenas e assentados da reforma agrária.	Doação de cestas básicas e kits alimentação para grupos populacionais específicos.
Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.	Elaboração de recomendações da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) às Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal, visando a contribuir para a saúde e a segurança alimentar e nutricional no contexto da pandemia.
Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.	Não foram identificadas ações.

Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006 86.	Não foram identificadas ações.
Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.	Não foram identificadas ações.

Fonte: Alpino et al., 2020, p.4-7.

APÊNDICE

Quadro de coleta de dados Coleta de dados

Título	Autor	Ano	Situação
A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil	CARLOS AUGUSTO MONTEIRO	2003	Indeferido
A experiência do adoecer: uma discussão sobre saúde, doença e valores	Debora Carvalho Ferreiral; Irene Duarte SouzaII; Cinthia Rafaela Santos AssisII; Mario Sergio Ribeirroll	2014	Deferido
A fome como questão política	Frei Betto	2003	Deferido
A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras	Carvalhoira	2009	Deferido
A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza	Maria de Fátima Machado de ALBUQUERQUE	2009	Indeferido
Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família	Henrique Neder; Niemeyer Alves Filho; Sabrina Souza	2015	Deferido
Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar	Leonor Maria Pacheco Santos; Sandra Maria Chaves dos Santos; Luciana Alaíde Alves Santana; Flavia Conceição Santos Henrique; Roseanne Porto Dantas Mazza; Lígia Amparo da Silva Santos; Lílian Silva dos Santos	2007	Deferido
CLASSES SOCIAIS, CONDIÇÕES DE VIDA E PROCESSO SAÚDE-DOENÇA	Nildo Viana	2012	Indeferido
Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula	Francisco de Assis Guedes de VASCONCELOS	2005	Indeferido
Conceitos de saúde e movimentos de promoção da saúde em busca da reorientação de práticas	Italla Maria Pinheiro Bezerra; Isabel Cristina Esposito Sorpreso	2016	Deferido
COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais	Tais de Moura Ariza Alpino; Cláudia Roberta Bocca Santos; Denise Cavalcante de Barros; Carlos Machado de Freitas;	2020	Deferido
Da fome ao comportamento: a abordagem comportamental aplicada em grupos de nutrição na atenção básica / From hunger to behavior: the behavioral approach applied in nutrition groups in primary care	Luiza Laubert La Porta	2019	Deferido
Desnutrição e práticas pré-escolares de leitura e escrita / Malnutrition and practices preschool reading and writing	Sawaya, Sandra Maria	2013	Indeferido
Determinantes sócio-históricos do cuidado na Estratégia Saúde da Família: a perspectiva de usuários da área rural1	Edward Meirelles de Oliveira, Elisangela Aparecida Felipe, Haroldo da Silva Santana, Ivonete Helena Rocha, Patricia Magnabosco, Marco Antonio de Castro Figueiredo	2015	Indeferido
Ego, fome e agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud	Frederick S. Perls	1947	Indeferido
Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19	Sirlândia Schappo	2021	Deferido

Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil	Maria do Carmo Soares Freitas; Paulo Gilvane Lopes Pena	2020	Deferido
Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos	Flávio Luiz Schieck Valente	2003	Indeferido
Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica	Carlos Augusto Monteiro	2003	Indeferido
Fome, um objeto da história? / Hunger: a subject of history?	Rômulo de Paula Andrade	2022	Deferido

Título	Autor	Ano	Situação
Os Seis Pilares da Medicina do Estilo de Vida no Manejo de Doenças Não Transmissíveis – As Lacunas nas Diretrizes Atuais	Rafaella Rogatto de Faria; Sergio Freitas de Siqueira; Francisco Aguerre Haddad; Gustavo Del Monte Silva; Caio Vitale Spaggiari; Martino Martinelli Filho	2023	Indeferido
Saúde mental, pandemia, precariedades: subjetivações neoliberais	Elton Corbanez	2023	Indeferido